

ELIANE MARIA DA SILVA DELMONDES DIAS

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA ESCOLA PAU BRASIL:
POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
E SUSTENTÁVEL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2013**

ELIANE MARIA DA SILVA DELMONDES DIAS

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA ESCOLA PAU BRASIL:
POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
E SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2013**

Ficha catalográfica

Dias, Eliane Maria da Silva Delmondes

D541d Desafios e oportunidades do Projeto Escola Pau Brasil: potencialidades para o desenvolvimento local e sustentável./ Eliane Maria da Silva Delmondes; orientação Maria Augusta de Castilho. 2013
84 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

1. Desenvolvimento local 2. Política social 3. Educação profissional5.
Educação e Trabalho I. Castilho, Maria Augusta de II. Título

CDD - 371.425

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Desafios e oportunidades da Escola Pau Brasil: potencialidades para o desenvolvimento local e sustentável

Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Local: cultura, identidade, diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 28 / 02 / 2013

BANCA EXAMINADORA

mcastillo

Profª Drª. Maria Augusta de Castilho - Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB



Prof. Dr. Heitor Romero Marques - Membro
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

H. Marques

Prof. Dr. José Carlos Taveira - Membro
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

*Dedico aos meus filhos José Luiz e Julia e meu
ao esposo Cleiton Dias, por toda a calma e
pelo amor a mim dedicados durante toda a
caminhada! Eles são o motivo e minha força
para continuar lutando por dias melhores.*

AGRADECIMENTOS

Tão difícil e não menos importante como os meus estudos foi a tarefa de agradecer a todos que contribuíram para esta nova e importante etapa de minha vida. São agradecimentos a pessoas que, de uma forma ou de outra, me incentivaram, ajudaram, motivaram e até me instigaram a cumprir o papel tão relevante de pesquisadora.

Agradeço, primeiramente, a Deus, minha fonte de vida, que nos momentos mais difíceis me sustentou e amparou, dando-me cada vez mais fé em cumprir minha missão.

Agradeço a Maria, mãe de Jesus, que foi minha mãe também, cobrindo-me com seu manto protetor e me ajudando nesta caminhada e desafios.

Agradeço a minha família nuclear, ao meu esposo Cleiton Dias, que com sua paciência e companheirismo compreendeu minhas ausências dedicadas aos meus estudos, soube ser pai e companheiro nos momentos de adversidade, entendendo minhas aspirações em conquistar meus objetivos e metas.

Aos meus filhos José Luís e Júlia, que são minhas fontes de motivação pessoal e ambição profissional, que souberam entender minhas ausências e me ajudaram a cumprir meu papel de ser mãe e de estudante, no período dedicado aos estudos.

A meu pai José Santana Delmondes (*in memoriam*), que com suas palavras deixou gravada em minha mente a frase motivadora: “O estudo é sua única riqueza”.

À minha mãe Laura Maria da Silva Delmondes, que me ajudou com seu exemplo em ter força e determinação em todas as minhas dificuldades.

Aos meus irmãos Amarildo, Ademir, Maísa, Marinete, Silvana, Mariluce e, em especial, minha irmã Silvia, que me compreendeu e me ajudou em diversas fases e etapas deste mestrado, compreendendo e ajudando com tudo que podia.

A todos os meus sobrinhos, que este mestrado seja um exemplo de que tudo é possível desde que tenha força de vontade.

Aos meus amigos de mestrado que seguiram comigo esta jornada, e souberam como eu das dificuldades enfrentadas para alcançar os objetivos proposto do desenvolvimento local. Ajudaram-me com palavras, conselhos e, principalmente, com a amizade, em especial aos amigos e companheiros das horas difíceis, como: José Celso, pela amizade verdadeira, compreensão e parceria em todas as horas; Edilene Maria, pelos sorrisos, abraços e conselhos que me foram dados por diversas vezes.

Ao Laender Ozolio, pela parceria, ensinamentos e discussões sobre ciência, religião e, principalmente, economia, pelas risadas e ajuda em várias dúvidas que eu tinha.

A minha querida amiga e mestre Rafaela Maia, que soube entender e dedicar diversas horas de seu tempo para me escutar, ensinar e fazer com que eu compreendesse o sentido de se escrever uma dissertação.

A minha amiga e irmã Dinarda Henriques e seu esposo Claudinei, que em minha falta, supriu por diversas vezes minha ausência, cuidando de minha família, que também soube me aconselhar a nunca desistir do mestrado e a dividir comigo momentos tristes e felizes desta jornada.

A minha amiga e irmã Elaine Silveira, que me proporcionou uma forma de amizade que não tem preço.

A minha amiga Alba Lúcia (in memoriam), que me faz refletir (que viver é não ter a vergonha de ser feliz).

Aos meus tios Isaura e Pedrinho, que mesmo sem saber, sempre me motivaram a não desistir, cada vez que me perguntaram sobre o término do mestrado.

Aos meus sogros Maria de Fátima e Luis Dias, que sempre me ajudaram em minha carreira profissional e em minha vida acadêmica.

A GIRA Solidário, na pessoa do presidente Carl Stephan Hofmann e a toda equipe que trabalha nos diversos projetos existentes na organização.

Aos alunos da Escola Pau Brasil, que com muita humildade e sabedoria me ensinaram o sentido do DL, por meio de seus aprendizados e como agentes de DL.

A Juliana Feliz, que me ensinou que saber ensinar é dividir sabedoria, é compartilhar saberes e multiplicar conhecimentos, é educar e transformar pessoas em cidadãos comprometidos com a sociedade e consigo próprio.

Ao instrutor e presidente da GIRA Solidário na Suíça, Alfred Lei, que ensina a estes alunos uma qualificação profissional e oportunidades de dias melhores.

Ao meu professor e amigo do curso de mestrado em Desenvolvimento Local, Dr. Josemar Maciel, que em suas aulas me ensinaram o dom de dividir o conhecimento.

Ao coordenador do curso, professor Dr. Heitor Romero Marques, que me apoiou em diversos momentos do mestrado com muita paciência e dedicação, demonstrando ser uma pessoa e um profissional de uma grandeza e conhecimento extraordinário.

A amiga e secretária do Desenvolvimento Local Natalia Amarante, que por diversas vezes me ajudou com palavras e auxílio e muita atenção durante este percurso.

A minha ex-orientadora professora Dr^a. Maurinice Evaristo Wenceslau, profissional de reconhecimento notável, que despertou em mim a forma de me desafiar e acreditar que eu era capaz, mesmo com as minhas limitações de estudante.

E, finalmente, um agradecimento muito especial a minha orientadora e professora Dr^a. Maria Augusta de Castilho, pela maneira de seus ensinamentos, e o modo de enxergar a vida de uma maneira científica e correta não somente em suas aulas de Metodologia da Pesquisa, mas também com uma maestria na condução do término deste mestrado. Eu jamais poderia imaginar que a humildade no mundo da academia pode e deve existir, consegui enxergar com ela que a vaidade só atrapalha as possibilidades do conhecimento e ser pesquisadora é e deve ser a busca constante do mundo novo.

*Espera no Senhor e sê forte! Fortifique-se o
teu coração e espera no Senhor!*

(Salmos, Cap. 26, Versículo 14)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de analisar as potencialidades para o Desenvolvimento Local e Sustentável da Escola Pau Brasil (EPB), da organização GIRA Solidário na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2012. A pesquisa se insere na área de concentração do mestrado de desenvolvimento local, no contexto de territorialidade e na linha de pesquisa cultura, identidade e diversidade, uma vez que se analisa a transformação social, econômica e cultural dos alunos da EPB da organização GIRA solidário. O estudo foi realizado por meio de coleta de dados *in loco*. Além disso, também foram analisados os documentos históricos das empresas com os objetivos de se identificar as condições de vida, família, emprego e renda da população alvo. Vale ressaltar que as entrevistas foram semiestruturadas e aplicadas individualmente. Depois de realizada esta coleta de dados foi possível visualizar e interpretar todos os dados que foram organizados com apoio do referencial teórico eleito e em torno de grandes categorias de análise. Verificou-se então que a mudança dos jovens e adolescentes da Escola Pau Brasil, foi real em relação à mudança de vida profissional. O trabalho está dividido em três capítulos, a saber: o primeiro contempla conceitos, descrição do objeto de pesquisa, o segundo de teorias para o Desenvolvimento Local e o terceiro destaca a análise dos dados da pesquisa. Em suma, identificou-se que o problema é que os jovens e adolescentes da região sofrem com o alto índice de desemprego, que inicialmente tem como causa a baixa qualificação profissional. Para tentar reduzir esta baixa qualificação, a EPB melhora as condições dos jovens / adolescentes do entorno do lixão, por meio do ensino técnico profissionalizante. Os alunos passam por uma seleção na rede pública de educação para obterem um complemento à sua formação de base educacional. De modo que ao final de um ciclo de três anos eles possam ter uma profissão que os possibilitem a uma melhor inserção no mercado de trabalho. Em uma observação, pode-se considerar que a EPB cumpre seu propósito, ao melhorar as condições de empregabilidade para esses jovens e adolescentes ao qualificá-los para o mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada com os alunos da EPB *in loco*, em um total de 07 entrevistados, sendo 06 meninos e 01 menina em uma faixa de idade de 16 a 23 anos, com a aprovação do Comitê de Ética da UCDB.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social. Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Educação, Trabalho.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the potential for the Local and Sustainable Development in School project Pau Brasil (EPB), in the current project solidarity in the capital of the state of Mato Grosso do Sul, in the year 2012. The research falls within the area of concentration of the master's local development in the context of territoriality and the line of research culture, identity and diversity, since the study examines the transformation of social, economic and cultural development of students of EPB organization supportive. The study was conducted by collecting data in situ. In addition, we analyzed the historical documents of the companies where the objectives of identifying the conditions of life, family, employment and income of the target population. It is worth mentioning that the interviews were semi-structured and applied individually. After completing the collection of information, it was possible to visualize the collected data were organized and interpreted to support the theoretical elected and around major categories of analysis. There was then a change of youngsters and teenagers who passed through the School Pau Brazil, was real in relation to the change of life. The work is divided in three chapters, namely: the first includes concepts, description of the research object, the second of theories for Local Development and the third highlights the analysis of the survey data. In summary, we have identified that the problem is that young people and adolescents in the region suffer from high unemployment, which initially is caused by the low-skilled. To try to reduce this low qualification, design EPB tries to improve conditions for young people / teenagers surrounding the landfill, through vocational technical education. Students go through a selection in public education for obtaining a supplement to their basic education. So that at the end of a cycle of three years they can have a profession that enable better participation in the labor market. In a preliminary observation can be considered that the EPB fulfills its purpose, to improve the employability of these young people and adolescents to qualify them for the job market. The survey was conducted with students of the BPS site in a total of 07 respondents, with 06 boys and 01 girl in a range of age 16-23 years, with the approval of the Ethics Committee of UCDB.

KEYWORDS: Social Policy. Local Development. Sustainable Development. Education. Labor.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDI	- Agência de Notícias dos Direitos da Infância
DRT	- Delegacia Regional do Trabalho
ECA	- Estatuto da Criança e Adolescente
EPB	- Escola Pau Brasil
EPI	- Equipamentos de Proteção Individual
FIA	- Fundo da Infância e da Adolescência
FMB	- Fundação Manoel de Barros
IBISS-CO	- Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste
IKB	- Instituto Kinder do Brasil
KIB	- Kinder in Brasilien
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
SAS	- Secretaria de Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - População residente por bairros de Campo Grande - MS	20
Mapa 2 - Rendimento médio das pessoas por bairros de Campo Grande - MS	21
Mapa 3 - Índice de exclusão social.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados	56
Gráfico 2 - Renda familiar.....	57
Gráfico 3 - Moradia	57
Gráfico 4 - Segmento.....	59

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Ata de criação e Estatuto da EPF registrados em cartório.....	75
Anexo B - Autorização do Comitê de Ética	82
Anexo C - Folha de rosto.....	84

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	15
1 ESCOLA PAU BRASIL: CONSTRUINDO O TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	19
1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	27
1.2 A ESCOLA PAU BRASIL - ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	29
1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL.....	31
1.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	37
1.5 CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA	40
2 APROXIMAÇÃO AO TERCEIRO SETOR: O QUE UMA ESCOLA PODE FAZER PELAS QUESTÕES SOCIAIS	42
2.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	42
2.2 QUESTÃO SOCIAL E CONCEITOS	43
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	47
2.4 TERCEIRO SETOR NO BRASIL	48
2.4.1 Conceito de terceiro setor.....	51
2.4.2 A implantação da Escola Pau Brasil: um movimento do terceiro setor	52
3 AÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL	54
3.1 DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS DA EPB.....	54
3.2 RESULTADO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	55
3.2.1 Características dos entrevistados	55
3.2.2 Os cursos profissionalizantes	58
3.2.3 O mercado de trabalho.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE	71
ANEXOS	74

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O interesse pela temática relacionada à questão da potencialidade para o Desenvolvimento Local e Sustentável surgiu após a graduação em Administração pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 2010. Neste período a pesquisadora desenvolvia trabalhos de capacitações, treinamentos e cursos voltados para a geração de renda para jovens e adultos, oferecidos pela empresa Líder Consultoria, a qual era Diretora Comercial.

Vale salientar que neste mesmo período a pesquisadora iniciou a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração de Negócios (MBA), em Marketing e Vendas proporcionados pelo Centro Anhanguera Educacionais - Unidade de Campo Grande (UNAES). O que aflorou ainda mais o interesse pela pesquisa foi o fato de participar de uma palestra sobre os projetos da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) GIRA Solidário, em especial o projeto da Escola Pau Brasil (EPB), que abordava a qualificação profissional em marcenaria moderna, para jovens de 14 a 21 anos, que trabalhavam e residiam na região do lixão em Campo Grande (MS).

Nesse mesmo período a pesquisadora recebeu convite do fundador e da Diretora Executiva da OSCIP, para conhecer a Organização não governamental (ONG) e os projetos mantidos pela instituição. Esse momento marcou muito a trajetória acadêmica e profissional, pois ao ver os jovens e adolescentes, que residiam e trabalhavam na região no lixão, almejando uma oportunidade de ter uma qualificação profissional e outra perspectiva para a vida, em relação à transformação que isso poderia acontecer. Como pesquisadora e mestrande em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em 2011, optou por realizar esta pesquisa e dar continuidade na busca de conhecer e analisar vários alunos e as mudanças na educação e na capacitação profissional, no curso de marcenaria que era oferecido pelo projeto.

Analisando a possibilidade de pesquisar e de querer aprofundar sobre a EPB no mestrado em Desenvolvimento Local, buscou-se alinhar a profissão de administradora, pesquisando sobre o empreendedorismo social e as mudanças do Desenvolvimento Local Sustentável na vida desses jovens e adolescentes, que viram suas vidas mudar com o surgimento da oportunidade a eles oferecida pela GIRA Solidário.

Fundada em 26 de janeiro de 2002, a GIRA Solidário - Promoção e Defesa da Infância e Adolescência é uma associação sem fins lucrativos, certificada como (OSCIP), que busca a defesa dos direitos infanto-juvenis por meio do desenvolvimento de ações que atendam diretamente crianças e adolescentes. AGIRA Solidário possui vários projetos nas áreas de comunicação, artes e profissionalização, entre eles existe o da EPB, que tem o objetivo de formar e capacitar adolescentes e jovens para o mercado de trabalho. Conforme conversa informal com a Diretora Executiva, o significado do termo GIRA Solidário é uma busca pela luz de um mundo mais justo e mais solidário. De acordo com o Dicionário Enciclopédia em Língua Portuguesa, GIRAssol significa uma planta herbácea, com pétalas amarelas muito grandes e uma parte central, seguindo a trajetória do Sol.

A EPB atende os adolescentes e jovens de famílias dos bairros em situação de vulnerabilidade social de Campo Grande (MS), tais como: Dom Antônio Barbosa, Parque Lajeado, Parque do Sol, Jardim Colorado, Aero Rancho e Los Angeles, onde existe um alto número de famílias em dependência do trabalho no lixão, incluindo as crianças e os adolescentes. Esses bairros são considerados vulneráveis, socialmente e economicamente, por apresentarem altos índices de violência, baixa renda (até um salário mínimo por família) e falta de saneamento básico (PLANURB, 2012).

O objetivo desta pesquisa é o de analisar as potencialidades para o Desenvolvimento Local e Sustentável no projeto Escola Pau Brasil (EPB), na organização GIRA Solidário na capital do Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2012, e investigar a ação e as mudanças na vida dos jovens participantes do projeto e as oportunidades que esses futuros profissionais cidadãos terão pela frente.

Como hipótese basilar, acredita-se que as dificuldades socioeconômicas dos participantes da Escola Pau Brasil diminuem a partir da qualificação profissional. Neste sentido, a pesquisa proposta tende a avaliar a mudança na qualidade de vida e desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes do projeto. Nesse aspecto a pesquisa tenta mostrar a real transformação desses jovens como cidadãos participantes da Escola Pau Brasil e a sua influência em suas vidas.

Procurando encontrar respostas para as questões formuladas, a investigação foi realizada com base nos princípios teóricos e metodológicos das pesquisas com abordagem qualitativa e o método indutivo, para analisar as questões pertinentes à pesquisa.

De acordo com Gil (1999) a pesquisa qualitativa pretende apreender as percepções, ou seja, as representações e subjetividades do proposto, identificando os aspectos comuns e incomuns das representações. De modo que todo o esforço teórico, qualitativista, busca ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo da interpretação, o que levou a alcançar uma vigilância crítica sobre a comunicação de documentos.

Demo (1995, p. 11)¹ afirma que a pesquisa significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a inquirição sobre os caminhos vigentes e passados.

Esta pesquisa é de natureza exploratória, uma vez que envolve coleta de campo. A abordagem é sistêmica, na medida em que se procurou buscar uma avaliação integrada dos elementos pesquisados, seja do grupo, da coletividade e do território pesquisado. O estudo partiu de uma revisão bibliográfica sobre as teorias que devem embasar as reflexões a respeito dos dados que foram obtidos por métodos qualitativos. Além disso, também foram analisados documentos históricos das empresas onde se aplicou os instrumentos.

O estudo foi realizado por meio de coleta de dados *in loco*. Foram analisados os documentos históricos das empresas onde com o objetivo de identificar as condições de vida, família, emprego e renda da população alvo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas *in loco* e individualmente com cada aluno da EPB. Participou das entrevistas o total de 07 (sete) alunos, que tiveram o parecer favorável do Comitê de Ética (CEP) da UCDB (Anexo B). Dentre os entrevistados participaram 06 (seis) meninos e 01 (uma) menina em uma faixa de idade de 16 a 23 anos. Foram entrevistados 04 (quatro) alunos devidamente matriculados, 02 (dois) monitores que participam do projeto e 01 (um) aluno que já deixou o projeto e, atualmente, está empregado em uma marcenaria, desde 2011. As entrevistas permitiram visualizar a dimensão intangível por meio de indícios detectados em cada resposta. Gil (1999) define entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado, fazendo-lhe perguntas para obtenção

¹ O estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo em que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

dos dados que interessam à investigação. Para o autor, a entrevista é uma forma de interação social, que visa coletar dados além de ser fonte de informação.

Os dados coletados foram organizados e interpretados com apoio do referencial teórico eleito e em torno de grandes categorias de análise.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo são abordados os conceitos históricos da formação profissional e da escola, do desenvolvimento local sustentável, território, capital social e confiança.

No segundo capítulo, são discutidos os conceitos do que uma escola pode fazer pelas questões sociais, usando como viés os conceitos de terceiro setor para a melhora das condições sociais demonstradas pelo estatuto da criança e do adolescente com base na responsabilidade social.

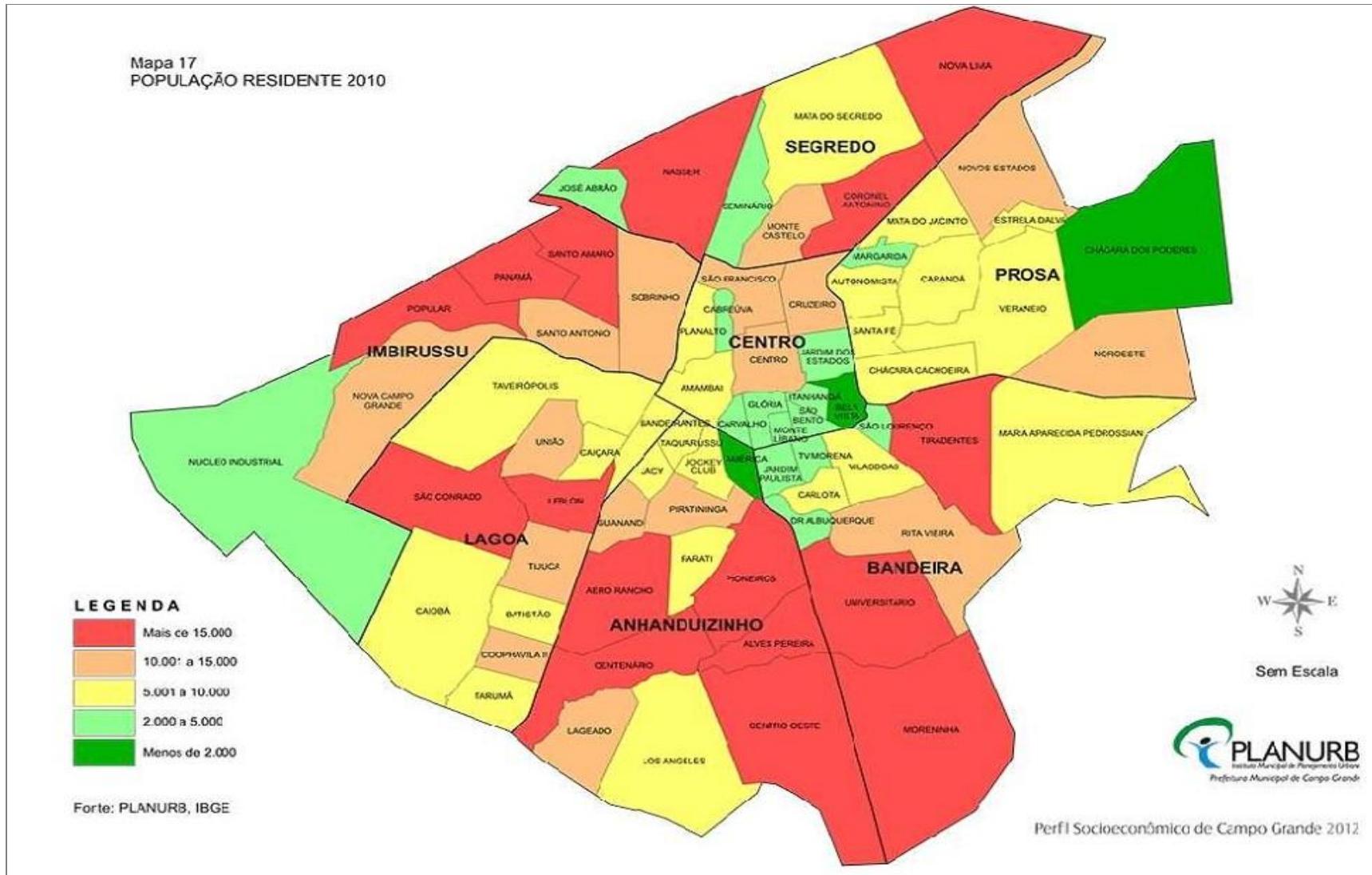
O terceiro capítulo aborda a análise das entrevistas aplicadas aos participantes da Escola Pau Brasil, com base em uma análise para o desenvolvimento local.

As considerações finais apresentam-se a síntese dos principais resultados da pesquisa.

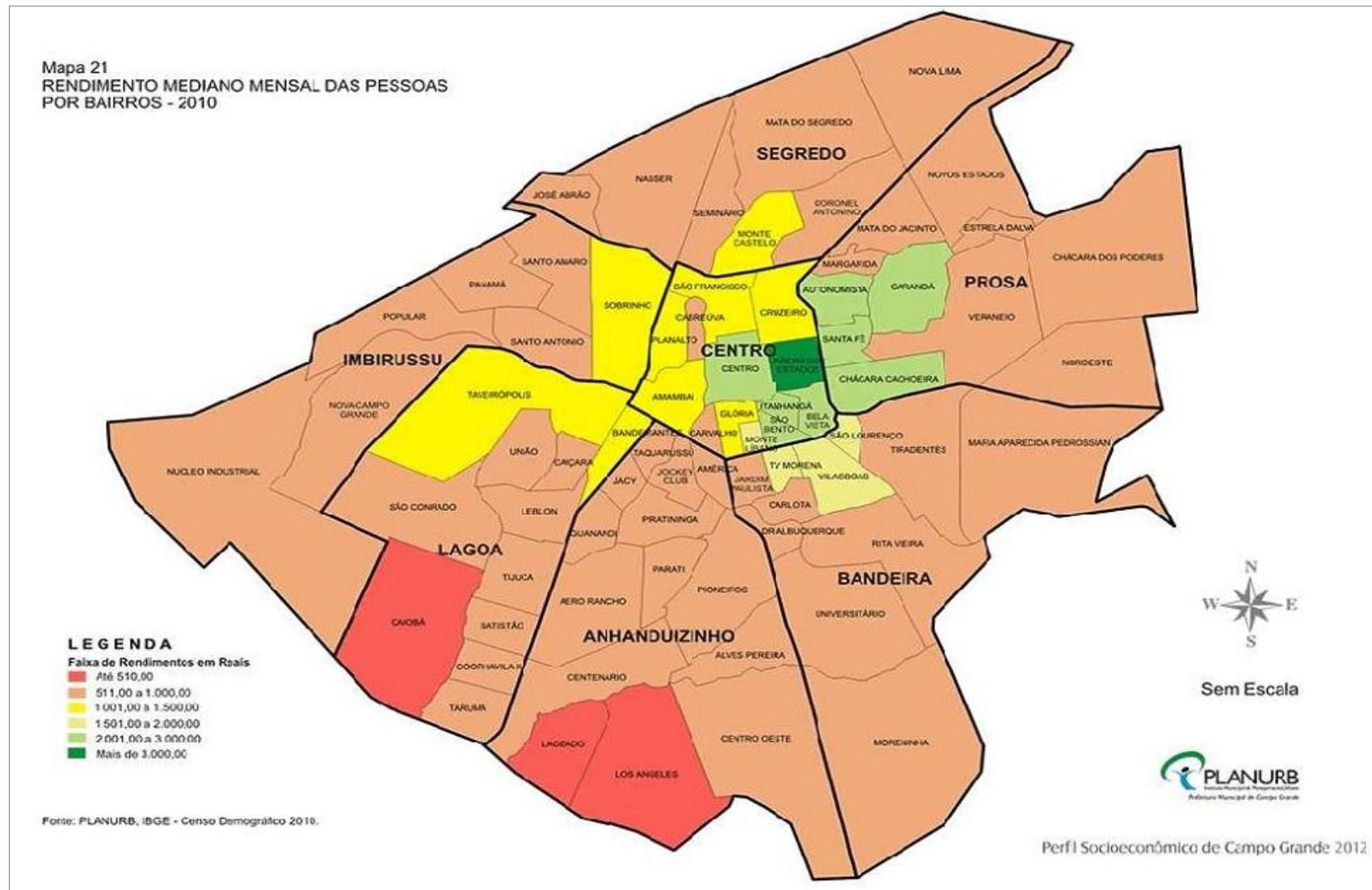
1 ESCOLA PAU BRASIL: CONSTRUINDO O TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo serão apresentadas as teorias e os desenhos propostos pelo desenvolvimento local, bem como sua interação com a Organização Não-Governamental GIRA Solidário e a Escola Pau Brasil, em uma tentativa de delimitar o território e compor os seus limites éticos e suas formas de conduzir o desenvolvimento na região do Anhanduizinho, no município de Campo Grande - MS. Assim, o presente capítulo debaterá o desenvolvimento local em suas particularidades, fazendo uma contenda, entre suas teorias e práticas, tecendo uma abordagem que leve a melhor compreensão sobre a formação do território, os conceitos de capital social e confiança de um modo que possa gerar um desenvolvimento local e sustentável.

O local em que a GIRA Solidário e a EPB estão inseridos é um território com alta densidade populacional em situação de vulnerabilidade social e com alguns agravantes, como a existência do lixão municipal, alto índice de violência, baixa renda e falta de saneamento básico. O Mapa 1, a seguir, demonstra algumas características desta densidade demográfica. Já o Mapa 2 evidencia a renda média dos morados da cidade de Campo Grande/MS por bairros e região, o que mostra mais uma vez que a região do Anhanduizinho, em que a instituição está localizada, merece certa atenção.



Mapa 1 - População residente por bairros de Campo Grande - MS
Fonte: PLANURB (2012).



Fonte: PLANURB (2012).

O Mapa 1 mostra as regiões e os bairros do município de Campo Grande - MS com suas populações residentes. Conforme pode ser lido, a região do Anhanduizinho, local que se encontra o lixão é o de maior densidade demográfica. Do mesmo modo, o Mapa 2 trata da renda média por bairros, mostra que o Anhanduizinho tem a menor renda *per capita*. Desse modo, a GIRA Solidário e a Escola Pau Brasil assumem papel fundamental para as famílias locais, em perspectiva para o seu desenvolvimento.

A vida dos jovens que moram nos bairros da região do Anhanduizinhoé, muitas vezes, caracterizada pelo convívio com crimes, drogas e diversas formas de exploração e violência. A atuação do poder público junto às comunidades mais pobres com relação à violência demonstra-se ineficaz. A situação se repete a cada geração, tornando cada vez mais normal a convivência com violações graves aos direitos humanos. Vê-se como primordial que a formação cidadã proposta para os adolescentes tenha efeito multiplicador na sociedade, para contribuir com uma mudança estrutural. Nas escolas e nas ruas a presença do fator violência também é preocupante (GIRA SOLIDÁRIO, 2012).

Os bairros escolhidos pelo Projeto Escola Pau Brasil fazem parte do bolsão de pobreza e miséria de Campo Grande (MS), concentrando a população com menos oportunidades de inserção no mercado de trabalho, acesso aos bens culturais e que sofrem violações de direitos mínimos e exclusão social, como saúde, educação, segurança e emprego (SAUER *et al.*, 2012).

Muitas crianças e adolescentes que vivem nessa região estão envolvidas na exploração da mão de obra infantil, incluindo o trabalho infantil doméstico, o tráfico de drogas, a violência e cometem atos de infração por falta de oportunidade e de perspectivas para suas vidas. A gravidez na adolescência, o abuso e a exploração sexual também fazem parte da realidade dos que vivem nesses bairros. Uma parcela desses moradores tem como única fonte de sustento o lixão municipal, seja no aproveitamento dos objetos e alimentos dispensados ou na seleção e venda de materiais recicláveis (GIRA SOLIDÁRIO, 2012).

Acredita-se que investir na formação profissional desses jovens e encaminhá-los ao mercado de trabalho possibilita que seja rompido o ciclo da miséria, beneficiando toda a família e refletindo nas futuras gerações. A Escola Pau Brasil beneficia atualmente alunos na faixa de 14 a 21 anos, e a busca desta capacitação poderá transformar a vida não apenas destes jovens, mas também de suas famílias. Essas mudanças são econômicas, sociais e culturais, alinhados às responsabilidades social e ambiental focadas no desenvolvimento destes jovens.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em seu relatório: Situação da Adolescência Brasileira 2011 - O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir a vulnerabilidades e superar as desigualdades (UNICEF, 2011, p. 182), demonstra um novo olhar como uma fase de oportunidades para esses jovens e sua transformação.

O documento aponta a urgência em se investir no direito de ser adolescente e sua participação em educação, saúde, inclusão e proteção. Neste sentido, a Escola Pau Brasil avança e comprehende o potencial em se investir nestas ações, pois para se combater a vulnerabilidade e exclusão social desses jovens e adolescentes, o projeto conta com parcerias de empresas brasileiras e suíças para inseri-los no mercado de trabalho e tirá-los da pobreza, buscando oportunidades para esses meninos e meninas superarem a vulnerabilidade e as desigualdades sociais que lhe são impostas, transformando suas vidas e oferecendo um futuro diferente do que lhe era permitido.

O início da EPB aconteceu no ano de 2007, oferecendo curso integral, dividido em três módulos anuais. Sua capacidade anual é para atendimento de 12 alunos, mas atualmente a escola atende 6 (seis) alunos, entre eles, 2 (dois) alunos já são monitores e 4 (quatro) são participantes da capacitação, sendo 3 (três) meninos e 1 (uma) menina. A pretensão do projeto é que a escola seja autossustentável, fazendo com que a comercialização dos produtos produzidos mantenha o funcionamento do projeto e, com isso, ofereça mais oportunidades aos novos alunos (GIRA SOLIDÁRIO, 2012). No ano de 2012 a EPB ganhou o Prêmio ANU, realizado pela Central Única das Favelas (CUFA), que busca reconhecer as ações desenvolvidas dentro das favelas e demais espaços em desvantagens sociais e que buscam a melhoria de qualidade de vida e o desenvolvimento humano e social.

De acordo com o relatório do UNICEF (2011, p. 182):

Para aproveitar esse momento, é fundamental reconhecer que os adolescentes são um grupo em si. Não são crianças grandes nem futuros adultos. Têm suas trajetórias, suas histórias. São cidadãos, sujeitos com direitos específicos, que vivem uma fase de desenvolvimento extraordinária. O que experimentam nessa etapa determinará sua vida adulta. Hoje, os adolescentes estão presentes na sociedade com um jeito próprio de ser, se expressar e conviver e, portanto, precisam ser vistos como o que são: adolescentes. São criativos, têm enorme vontade e capacidade de aprender e de contribuir.

A Escola tem a preocupação de conviver e de aproveitar a criatividade desses adolescentes, unindo as oportunidades de transferir a importância do convívio familiar, de transmitir o significado de sustentabilidade, utilizando estratégias inovadoras para que eles se

sintam atores de sua própria história, transformando esse adolescente com um olhar de querer cada vez mais agregar conhecimento, responsabilidade social, cultura e de se transformar em um cidadão comprometido com seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Os profissionais da EPB são altamente capacitados para qualificação desses adolescentes, como Psicólogos, Administradores, Arquitetos, Designers, Jornalistas e Marceneiros. Unindo e fortalecendo os conhecimentos dos participantes, o curso, além de oferecer o conhecimento técnico integral de alto nível, alinhando tecnologia suíça e matéria prima nobre e certificada em madeira, oferece também os conhecimentos e o diferencial em se trabalhar com ética, cidadania, relacionamento interpessoal e postura profissional, capacitando esses jovens para se tornarem cidadãos preparados para o mercado de trabalho.

O projeto tem a preocupação de só usar materiais sustentáveis como madeira certificada reaproveitável, alinhando a qualidade e proporcionando valor agregado na hora de comercializar os móveis produzidos. Ao ensinar esses alunos a importância de garantir as possibilidades de uma forma positiva de integrar sustentabilidade econômica, social e cultural, ensina-se também uma nova forma de transformações em suas vidas e de suas famílias.

Atualmente, a EPB já possui uma marca própria dos produtos fabricados. A marca chama-se TENDO, e suas principais características são aliar tendências internacionais em design, tecnologia de última geração e padrão de qualidade europeu.

A EPB oferece o curso completo, que tem duração de seis semestres e é estruturado com carga horária de 24 horas semanais de ensino prático e de 4 horas semanais de ensino teórico, educação complementar, atividades lúdicas e lazer. Para que os alunos possam terminar os estudos na escola pública e tenham tempo para outras atividades, a presença no programa é de 4,8 horas por dia de segunda à sexta-feira. A metodologia e as técnicas ministradas no curso são baseadas nas normas do Sistema Federal de Ensino Profissional de Marceneiros Suíços, que foram adaptadas à realidade e à cultura brasileira em um total de 3.000 mil horas de cursos, incluindo aulas teóricas de ética, cidadania, empregabilidade e reforços de português e matemática.

A cada seis meses o aluno passa por uma prova e, quando atinge bons resultados, é contemplado com ferramentas pessoais de marcenaria, para que possa se preparar para seu próprio empreendimento profissional. O cumprimento da prova também permite ao aluno realizar objetos de decoração ou um móvel para beneficiar a família. Ao concluir os seis semestres de ensino profissional, o jovem será contratado pelo programa durante mais seis

meses, que ao mesmo tempo é uma contribuição do jovem para a sustentabilidade do programa. Completando os seis semestres, o aluno terá uma formação completa e um kit pessoal de ferramentas doado pelo projeto.

A EPB é um programa permanente, por isso é indispensável um espaço físico com instalações adequadas para o seu desenvolvimento eficiente e seguro. A GIRA Solidário, como entidade idealizadora e responsável pelo programa, recebeu, graças a sua credibilidade, a cedência de um terreno da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS), para que pudesse realizar a construção necessária, tanto para a EPB, quanto para sua sede própria e os demais projetos que já desenvolve. A sede está localizada no Bairro Pioneiros e atende os participantes em torno do bairro do lixão de Campo Grande - MS.

A GIRA Solidário possui parcerias com empresa e instituições da Europa e do Brasil, as quais são parceiras do projeto da EPB e realizaram doações como: maquinários, valores financeiros, investimentos em tecnologia, material de divulgação, terreno para construção da sede da instituição, tais como:

- A empresa alemã Altendorf, que fabrica máquinas de marcenaria, doou os equipamentos e maquinários.
- A GIRA Solidário, por meio de visitas junto Fundação Suíça Banco Vontobel, conseguiu doações em dinheiro e de maquinários, para que os projetos fossem mantidos.
- A fabricante austríaca de Máquinas Felder doou os equipamentos completos de marcenaria.
- A empresa Alemã Hettich patrocinou a doação de ferragens durante cinco anos.

As empresas suíças: Killer AG Projetos planejados em marcenaria; Lei AG, Consultoria para projetos planejados em marcenaria; Mayerthaler AG; Tecnologia em Preprint e WohlerDruck AG; Gráfica, realizaram o patrocínio de doação do material de publicidade para a divulgação dos projetos da EPB na Suíça.

A empresas Suíça MHZ, Sistemas de proteção solar, - Migros Rede de Mercados de Conveniência, - Rotary-Club, Solothurn,- Rotary-Club, Zurich, Victorinox Fundação, realizaram doações em dinheiro durante cinco anos.

No Brasil há uma grande dificuldade em se conseguir as doações para projetos sociais, estas doações estão acontecendo gradativamente, pois as empresas hoje sentem a importância de colaborarem com projetos sociais, que realizam ações sérias e respeitáveis como o da EPB (GIRA SOLIDÁRIO, 2012).

Destacam-se a seguir as doações das empresas brasileiras envolvidas com o projeto da EPB:

– A Prefeitura Municipal de Campo Grande contribuiu com a doação do terreno no bairro Pioneiros, para que se construísse a sede da EPB e o escritório da GIRA Solidário.

– As empresas Plaenge engenharia e CIA - Conceitos Inteligentes em Arquitetura doaram dinheiro e os espaços de demonstração nos apartamentos modelos para que a EPB colocasse em exposição os móveis fabricados pelos alunos.

Além das doações das empresas, a EPB recebe também doações em dinheiro de pessoas físicas, que colaboram com o que podem. Estas doações ajudam a manter o projeto e a oferecer aos jovens as oportunidades de um futuro profissional digno.

Os adolescentes da região do lixão de Campo Grande (MS) enfrentam problemas diversos na atualidade, tais como: discriminação, preconceito, violência, exploração sexual e pobreza. Conforme dados do Ministério Público Estadual (MPE), em pesquisa realizada pelo promotor Douglas Oldegardo Cavalheiro, os cenários da região do Anhanduizinho que abrange bairros como Los Angeles, Centro Oeste e Centenário e demonstra dados do Mapa da Violência, demonstram a correlação entre violência e fatores sociais (ARRUDA, 2011). Diante disso, percebe-se a importância de pesquisas sobre a Escola Pau Brasil e o que as ações desse projeto podem contribuir nesses bairros, e como através de fatores de capacitação e socialização comprovam o que se pode melhorar, em relação às realidades desses adolescentes e de suas famílias, analisando o desenvolvimento social, econômico e pessoal, a partir da capacitação e entrada no projeto.

Atualmente, a EPB já possui uma marca própria dos produtos fabricados como Home Office, Cadeiras, Mesas, Mesinhas de centro e Bandejas. A marca chama-se TREND, e suas principais características são alinhar tendências internacionais em design, tecnologia de última geração e padrões de qualidade europeia. Isso foi um diferencial para a pesquisa, pois como administradora, estudou-se o impacto na vida dos participantes que passaram e os que ainda estão no Projeto Pau Brasil e a mudança que ocorreu por meio da qualificação profissional na vida destes alunos.

Neste contexto, a reflexão é constante para o desenvolvimento da pesquisa, sendo que o desenvolvimento local é percebido a partir da melhora do convívio no grupo. Neste caso, o sentimento de perceber que se podem ampliar os horizontes destes adolescentes e jovens, realocando-os, de modo que este seja inserido em ambiente sociocultural que os

possibilite buscar uma melhor qualidade vida ao conseguirem uma formação profissional mais completa.

1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional no Brasil tem um histórico iniciado em 1909, com a elaboração dos fundamentos iniciais para a educação, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S4.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro).
	Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Quadro 1 - Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Fonte: Wittaczik (2008)

O Quadro 1apresenta a evolução da profissionalização do Brasil de 1909 a 1990, em que pode-se destacar a década de 1930, considerada o referencial para a formação profissional. É importante ressaltar, também a década de 1940, com sua importância com a criação do sistema S (SEBRAE, SENAC, SESI, SENAI, SENAR) que trouxe à sociedade o ensino técnico profissionalizante, para a melhor inserção no mercado de trabalho. Ainda é importante ressaltar que a educação profissional veio com o objetivo principal de gerar saberes coletivos como forma de organização produtiva, alcançando o sucesso quando concilia a profissionalização com o mercado de trabalho (WITTACZIK, 2008).

De acordo com o Parecer CNE nº 16/99, as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico regem-se por um conjunto de princípios que incluem o da sua articulação com o ensino médio e os comuns com a educação básica, também orientadores da educação profissional, que são os referentes aos valores estéticos, políticos e éticos.

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo artigo 3.º da LDB deve ser contemplado na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional.

A contribuição da educação escolar em todos os níveis e modalidades para o processo de universalização dos direitos básicos da cidadania é valorizada pela sociedade brasileira cujos representantes aprovaram a LDB. A educação profissional, particularmente, situa-se na conjunção do direito à educação e do direito ao trabalho.

A Escola Pau Brasil surgiu em 2007 com uma proposta de ensino técnico. Os alunos que frequentam a Escola são selecionados por processos seletivos oferecidos nas escolas da região de ensino fundamental e médio, sendo que para fazer o curso, deve-se manter a frequência nas aulas, o curso profissionalizante em marcenaria tem duração de 3.000 horas. A metodologia e as técnicas ministradas no curso são baseadas nas normas do Sistema Federal de Ensino Profissional de Marceneiros Suíços, que foram adaptadas à realidade e à cultura brasileira, que se baseiam também em aulas teóricas como empregabilidade, ética, cidadania, e reforço escolar. Para as aulas de Cidadania são aplicadas as experiências de

vários projetos que a GIRA Solidário, organização responsável pelo projeto, realiza desde 2002 em Campo Grande-MS.

1.2 A ESCOLA PAU BRASIL- ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Escola Pau Brasil possui toda uma lógica de funcionamento que possui algumas características particulares, que serão descritas neste item. De modo geral é importante ressaltar que essa escola é filantrópica, inserida como um projeto da GIRA Solidário, levando um complemento educacional aos moradores da região do Anhanduizinho. No entanto, antes de adentrar nesta comunidade específica, detalham-se os conceitos de escola e sua funcionalidade prévia para o trato deste modelo de escola ora estudado.

Para Chervel (1988 apud SILVA, 2006) a escola fornece uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais, que explicitam sua finalidade educativa, e os resultados efetivos da ação da escola, os quais, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade. Neste sentido, Silva (2006) afirma que a escola tem uma função social, que vai além de prestar serviços educativos. Silva (2006, p.203) afirma que:

A escola não pode ser entendida como uma organização social, pois, essa figura burocrática está calcada na necessidade de gerir seu espaço e tempos particulares, o que, obviamente, contradiz as premissas que instituem a função social da escola, bem como o seu entendimento como um mundo social instituído de uma cultura própria.

A escola pode e deve assumir uma função social, função esta que a Escala Pau Brasil, que funciona dentro da organização GIRA Solidário, tem como principal objetivo absorver os alunos das escolas públicas da região do Anhanduizinho, e oferecer a eles um complemento das atividades escolares básicas, além de uma melhor conscientização das funções sociais dos moradores da comunidade.

Os antecedentes históricos da Escola Pau Brasil se iniciam com os projetos que a GIRA Solidário realizou em diversos segmentos, tanto na área da comunicação, responsabilidade social, geração de renda e participação das políticas públicas. O propósito era se tornar uma agência de notícias, especializada em direitos da criança e do adolescente. No entanto, logo no segundo ano de atividade, expandiu sua frente de trabalho e iniciou,

também, projetos sociais de atendimento direto e ações de mobilização da sociedade, com o objetivo de defesa e promoção dos direitos infanto-juvenis.

A proposta da GIRA Solidário é defender e promover os direitos da criança e do adolescente, por meio da comunicação especializada e do desenvolvimento de programas e projetos sociais de atendimento direto à população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, prioriza em suas ações estimular crianças e adolescentes para que sejam cidadãos mais críticos, responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres, criando oportunidades para que possam desenvolver suas capacidades e talentos. Além de atender diretamente crianças e adolescentes, a GIRA Solidário participa da criação e do monitoramento de políticas públicas para a área social, por meio de ações que pressionem os poderes municipais, estaduais e federal para que sejam responsáveis e apliquem bem o dinheiro dos impostos que os cidadãos brasileiros, pagam.

A organização trabalha fundamentada na doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente e no respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento. Possibilitar o acesso à educação complementar, combater o trabalho infantil, a violência, o abuso e a exploração sexual são as principais frentes de atuação da GIRA Solidário.

Fundada em 26 de janeiro de 2002, a GIRA Solidário, segundo informação do presidente da Instituição Carl Stephan Hofmann, significa um mundo mais justo na busca de luz e procede da palavra “girassol” que segundo o dicionário, vem da família das compostas de flores que têm a característica de voltar-se para o sol (GIRA SOLIDÁRIO, 2012). A GIRA Solidário, nasceu com o propósito de se tornar uma agência de notícias especializada em direitos da criança e do adolescente. Trata-se de uma Organização não governamental, sem fins lucrativos, certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, atua no Estado do Mato Grosso do Sul. Logo no segundo ano de atividade, houve mudanças em relação aos seus objetivos principais de frente do trabalho e passou a ter o propósito de ser uma agência de notícias especializadas no direito das crianças e adolescentes. Analisando as necessidades de não ser apenas uma agência de notícias, expandiu suas ações também a projetos sociais de atendimento direto e ações de mobilização da sociedade, com o objetivo de defesa e promoção dos direitos infanto-juvenis (GIRA SOLIDÁRIO, 2012).

Já em 2006 foi fundada a sucursal da GIRA Solidário na Suíça como associação sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o trabalho da GIRA Solidário Brasil, estabelecendo contatos como parceria com outras empresas e organizações internacionais,

com o intuito de mobilizar recursos na Europa para os programas e projetos do Brasil (GIRASOLIDÁRIO, 2012).

A organização foi idealizada pelo arquiteto suíço e professor em técnicas de marcenaria moderna, Alfred Lei, presidente da GIRA Solidário na Suíça, afiliada a GIRA Solidário no Brasil, fundada por Carl Stephan Hofmann. O projeto Escola Pau Brasil (EPB) tem como objetivo geral formar adolescentes e jovens com alto nível profissional, preparados para o mercado de trabalho e conscientes dos seus direitos e deveres, prevenindo assim o envolvimento com a criminalidade e a violência, oferecendo oportunidades de mudanças de uma forma positiva por meio da cidadania, respeito e geração de renda.

1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento local encontra-se hoje presente nas perspectivas e oportunidades de um lugar. Nestes ensejos não se encontram somente condições de avanço material, mas também em uma busca de possibilidades de um indivíduo ou comunidade em acreditar e ter em mente de como tornar seus objetivos em metas possíveis, com o seu próprio desenvolvimento, podendo contribuir para uma melhora em sua qualidade de vida, renda e expectativas sobre suas necessidades e desejos de serem alcançados.

De acordo com Paula (2008) todo desenvolvimento começa pelo protagonismo local. O desenvolvimento é um fenômeno que resulta das relações humanas. São as pessoas que fazem o desenvolvimento. Este depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão e das escolhas das pessoas.

Segundo Rozas (1998) desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento por uma perspectiva de construção social por meio de uma ferramenta fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Um desenvolvimento com bons resultados só serão obtidos se forem trabalhados em conjunto, planejando e construindo uma sociedade que supere a pobreza.

Ávila (2001) defende que o desenvolvimento local é endógeno e emerge de coletividades de mesma identidade social e de interesses comuns, no seu lugar de vida, quando nelas se incrementam a cultura da solidariedade, fazendo-se uso das capacidades, competências e habilidades, para agenciar e gerenciar esses recursos internos e metabolizar os externos, em função de suas necessidades e aspirações. No entanto, de acordo com Rozas e

Benavides (2005), para este desenvolvimento ter lugar, não pode ser imposta pela autoridade administrativa, mas deve levar em conta os interesses, necessidades, desejos etc., dos diversos grupos e atores que compõem a comunidade presente em um território, e sempre que possível incentivar e fortalecer as formas de articulação. Ainda para os autores, nota-se que o território é entendido como um produto social, ou seja, a interação entre indivíduos, grupos e comunidades com o meio ambiente.

O desenvolvimento local, por sua proposta endógena, precisa compreender a nova dinâmica para que possa alcançar seus objetivos, como ressalta Le Bourlegat (2000) em que no mundo globalizado, onde as relações entre o lugar e o mundo, mediadas pelos territórios políticos institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes e a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento. As ações intencionais de agentes externos, ao incluir ou excluir o lugar no circuito das redes, podem constituir oportunidades ou ameaças à manutenção da integridade social do lugar. De acordo com Martin (1999), o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como satisfação das necessidades humanas fundamentais por meio da intervenção real de cada agente, de tal modo que as condições criadas para o desenvolvimento de uma comunidade devem obedecer à realidade local, que muitas vezes não possui cidadania ou identificação sociocultural e territorial. E, para que esse desenvolvimento seja sustentável é preciso à cooperação comunitária crítica e consciente.

No entanto, Ávila (2000) salienta que para a comunidade se desenvolver é necessário um relacionamento íntimo entre seus agentes despertando a solidariedade e a consciência coletiva sobre suas potencialidades.

Com o protagonismo dos participantes da EPB, o projeto entra como ferramenta de inserção para o mercado de trabalho, por meio de capacitações e qualificação profissional, gerando renda e qualidade de vida aos participantes do projeto, superando assim as desigualdades enfrentadas por eles. A ascensão de uma comunidade pode estar ligada a sua habilidade em se adequar as mudanças locais, nacionais e internacionais da economia de mercado, assim o Desenvolvimento Local é uma estratégia para fortalecer a capacidade local da comunidade e melhorar o ambiente de investimentos e a produtividade dos negócios, fazendo parte dessa estratégia à melhoria da qualidade de vida, criação de novas oportunidades e a luta contra a pobreza (SWINBURN; GOGA; MURPHY, 2006).

O conceito de desenvolvimento local evidencia a necessidade da convivência entre o ser humano e o seu meio externo como a natureza e os participantes do desenvolvimento, de forma a diminuir a desigualdade entre os ricos e os menos favorecidos.

As estratégias do desenvolvimento local exploram os recursos de condições do indivíduo e da comunidade, como forma de buscar melhorias para alcançar objetivos em comum. Estes objetivos podem contar com o apoio por meio de parcerias e articulações por meio da gestão pública, empresas, parceiros e de agentes que participam para superação da desigualdade sociais tais como: a miséria, a fome, a falta de políticas públicas e os recursos naturais escassos e entre outros que buscam alternativas sustentáveis para inclusão das pessoas na sociedade. Casarotto Filho e Pires (1999, p. 94) definem a sustentabilidade como: “o percurso do crescimento econômico integrado por mecanismos de redistribuição da riqueza, além de reformas sociais e políticas de grande peso e impacto”.

Desenvolvimento local passa a ser um processo endógeno registrado em pequenas porções territoriais e ajuntamentos humanos, almejando sobrevivência com mais equidade, respeito, colaboração e participação de todos os envolvidos buscando sua sustentabilidade.

Destaca-se que a ascensão de uma comunidade depende da sua habilidade em se adequar às mudanças locais, nacionais e internacionais da economia de mercado. Estrategicamente planejado, o desenvolvimento local está sendo cada vez mais usado para fortalecer a competência local das comunidades de uma região, maximizando o ambiente para investimentos, aumentando a produtividade e a concorrência dos negócios locais dos empreendedores e dos trabalhadores. A capacidade das comunidades para a melhoria da qualidade de vida, criar novas oportunidades econômicas e lutar contra a pobreza, depende dessas serem capazes de compreender os processos de desenvolvimento local e agirem estrategicamente no mercado que muda constantemente e que é cada vez mais competitivo (SWINBURN; GOGA; MURPHY, 2006).

O papel da instituição GIRA Solidário, no âmbito do desenvolvimento local, e em especial, ao projeto específico da EPB, procura atingir seu pleno desenvolvimento em diversas formas de sustentabilidade, e por meio de busca de incentivos financeiros, tecnológicos, capacitações e outros, tornam o projeto sustentável e viável.

A EPB busca envolver todos os participantes em um objetivo comum, o crescimento pessoal e profissional dos participantes, tornando assim favoráveis às condições de melhoria em sua qualidade de vida, contribuindo para um desenvolvimento sustentável,

não perdendo seu foco principal, ou seja, o desenvolvimento dos participantes por meio da geração de renda. Esta é um dos fatores principais para os objetivos do desenvolvimento local, sem deixar de aproveitar os recursos disponíveis do lugar, valorizando o lugar e tendo a consciência do sentimento de pertença no local.

A EPB tem o objetivo de realizar um trabalho socioeducativo, formando os participantes como marceneiros, por meio de capacitações profissionais, introduzindo formações nas áreas de ética, cidadania, responsabilidades sociais e empregabilidade. Os objetivos ainda são as mudanças pessoais e profissionais que são realizadas na vida destes jovens e adolescentes. Por meio da EPB, desenvolve-se entre os agentes cada vez mais o comprometimento em se empenhar com o seu desenvolvimento sendo protagonista de sua trajetória. O projeto busca aproveitar os recursos e potencialidades existentes, fazendo com que os participantes consigam estratégias e ações inovadoras, que permitam conseguir soluções para o seu desenvolvimento, não sendo assistencialista e sim dando condições para seu crescimento.

Considerando o pensamento de Gonzalez (1998), de que a mudança de filosofia, na qual estimula à participação e comprometimento das pessoas interessadas, por meio da promoção de uma participação ativa, na hora da busca de soluções e projetos, isto é afirmar que o desenvolvimento local faz com que as pessoas ou grupo entendam que o assistencialismo, ou seja, o ganhar tudo de todo mundo, passa a inibir as potencialidades para se desenvolver e buscar recursos existentes para seu crescimento. Quando elas sentem que essas oportunidades podem levá-las a começar a ter uma condição de vida melhor, se comprometem a buscar alternativas e objetivos para que possam praticar, o que elas possuem, ou seja, transformar seus recursos em iniciativas locais, planejar metas coletivas que possam levar este grupo a aprender a se desenvolver, com ações projetadas e pessoas comprometidas em compartilhar conhecimento, tradições, cultura e participação de todos os envolvidos.

Pode-se afirmar que, para que o desenvolvimento local de uma comunidade tenha sucesso, ele precisa que antes aconteça um planejamento. Tem-se que considerar que todas as ações para este desenvolvimento aconteça dentro da comunidade, necessitam de ações organizadas e bem planejadas, de comum acordo com o grupo, alcançando os objetivos propostos, compartilhando a participação cidadã, realizando a democracia, fazendo com que estes agentes participem do processo de uma forma ativa e que possam contribuir para a promoção do desenvolvimento local da comunidade.

Dessa forma, pode-se destacar que as pessoas, ou seja, os agentes desta comunidade farão o processo de desenvolvimento do lugar. A participação destas pessoas focadas em melhorar a qualidade de vida e contribuir para o processo de crescimento de todos, tornam um progresso social e democrático. De acordo com Martin (2001) o desenvolvimento local contribui com novas formas de produzir e compartilhar as riquezas, de reavivar a participação cidadã, de fazer crescer a democracia, para que cada um tenha, ao mesmo tempo, do que viver e razões para viver. Quando esta participação democrática ocorre, desenvolve-se dentro da comunidade uma motivação de esforços para a valorização e compartilhamento dos recursos locais e recursos humanos, que vão além de geração de renda, mas também de valorização de bem estar e crescimento para os participantes e familiares.

Nesse contexto, é importante incluir o conceito de identidade no desenvolvimento e planejamento de políticas públicas na área social. Historicamente, o social foi associado com deficiências, o que reflete uma leitura social como um fenômeno negativo, e no final, como um problema social. Assim, o conceito do social a partir de um quadro positivo, o que implica um coletivo, com negociação e participação (ROZAS; BENAVIDES, 2005).

A identidade envolve um compromisso afetivo vital para o passado, presente e futuro dos direitos econômicos, sociais e culturais que ocorrem em uma localidade ou [comunidade] esse compromisso vital é uma força social para assumir o projeto desenvolvimento compartilhado pelos atores, que podem ser subsumidos interesses conflitantes entre as categorias de atores. (AMTMANN, 1997, p.9).

Vachon (1997) expõe um método para a implantação de uma estratégia global de desenvolvimento local, entendida, não como uma fórmula absoluta, mas como um impulso que pode guiar as pessoas que querem fazer progredir suas comunidades, na via de um desenvolvimento econômico, social e cultural, procurando assim nortear a busca pelo desenvolvimento local, adotando decisões planejadas. Dessa forma, fazendo um planejamento junto à comunidade onde as pessoas se planejam, podem-se alcançar estes objetivos.

Neste sentido, Franco (2000) define que o Desenvolvimento Local deverá dinamizar cinco tipos de capital, cuja vitalização está inter-relacionada com políticas que permitam aumentar o capital econômico (as rendas e riquezas), dando maiores oportunidades de elevar o capital humano (educação, saúde, cultura). Dessa maneira, permitirá a proliferação de maior número de empresas e a formação de associações entre elas, dinamizando assim o capital social, gerando um ambiente favorável ao surgimento de empreendedores (capital empresarial) com criatividade e iniciativa para introduzir inovações tecnológicas no sistema produtivo que, por sua vez, gerarão ainda mais capital econômico, num círculo virtuoso.

Argumento que corrobora com Rozas e Benavides (2005), o conceito de desenvolvimento humano, não só se concentra em aspectos puramente econômicos, mas também inclui elementos sociais. Variáveis contextuais incluídos no qual se desenvolve temas, ou seja, ele está trabalhando com variáveis institucionais, econômico, social, cultural, entre outros. Em última análise, o que importa é dar importância à realidade social.

Ressalta-se que o Desenvolvimento Local usa estratégias que devem se adequar ao território, buscando a participação de todos os agentes envolvidos, sendo sustentável a comunidade e alcançando uma melhoria de qualidade de vida das pessoas envolvidas.

A EPB utiliza as combinações de capital citadas por Franco (2000), em suas parcerias e articulações, unindo potencialidades, habilidades e competências, alcançando buscar interesses e forças para o desenvolvimento dos participantes do projeto e de sua sustentabilidade.

Jara (1998, p. 304-5) corrobora ao afirmar que “o termo desenvolvimento local presta-se a várias interpretações”. Ele é visto como processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, que se localizam em espaços territoriais menores, ou como desenvolvimento em escala comunitária, municipal ou microrregional orientado por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural. A EPB traz a seus participantes um processo de desenvolvimento que começa no seu eu, e passa para uma escala de desenvolvimento capaz de mudar o trajeto de suas vidas. Este processo cresce em uma proporção que os participantes contam com a necessidade de desenvolver-se dentro do território e conduz a um crescimento maior ainda, onde há um desenvolvimento local que une sustentabilidade econômica, social e cultural, implementada por um processo participativo e em função do bem estar dos participantes e de seus familiares, formando uma rede de confiança, envolvendo a todos e desenvolvendo o sentimento de pertença entre os agentes naquele território.

Deste modo, pode-se destacar que o desenvolvimento local sustentável surge a partir de toda a interação social entre os membros de uma comunidade. Esta construção de desenvolvimento local será responsável pelo sentimento de pertencimento, e este os leva a construção do seu território de vida. O que remonta algo maior que a terra em volta das pessoas, mas o sentimento de pertencer a algo, ou a algum lugar, este sentimento de espaço é descrito no próximo capítulo.

1.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A concepção de que espaço e território não são sinônimos, conforme destaca Raffestin (1993), é essencial para compreender bem que o espaço é anterior ao território e que território se forma a partir do espaço, e é resultado da ação conduzida por um agente sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o agente territorializa o espaço. Para Souza (1995) a ideia concebida sobre o território é de ser fundamentalmente um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder.

Essa relação de poder é refletida no território por meio de forças dominantes como afirma Bonnemaison (2002). A flutuação dos territórios no espaço reflete assim o jogo das forças sociais dominantes. Contudo, espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano. Existe aí uma espécie de relação dialética, pois cada um dos dois termos é, ao mesmo tempo, complemento e portador de significados contrários. Dessa forma, território e espaço complementam-se, sendo o primeiro pela delimitação geofísica e o segundo pela relação social. Já para Souza (1995) a ideia concebida sobre o território é de ser fundamentalmente um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder.

Segundo Hall (2005) há uma dificuldade em se conceituar identidade, uma vez que se trata de um termo complexo, pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Acreditando ainda que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. Portanto, a identidade é definida historicamente e não biologicamente.

A formação da identidade é uma dos principais papéis das organizações de terceiro setor, garantindo às comunidades uma forma de serem vistas e identificadas pela sociedade.

Atualmente existem diferentes comunidades convivendo e tentando construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que tentam manter sua identidade. Por essa razão, pode-se afirmar que as comunidades surgem pela movimentação das pessoas em um determinado espaço por meio de relações primárias ou pessoais e relações secundárias ou formais. Entende-se por comunidade, uma organização ou de indivíduos ou de grupos humanos, biótica e economicamente interdependentes, junto com a organização inconsciente que esta interdependência cria. A comunidade surge e adquire organização como resultado de

processos de competição e de acomodação em um espaço físico, compartilhando da mesma cultura (PIERSON, 1968).

O ambiente territorial inclui características que envolvem o que realmente é o local. Pode-se afirmar que um território é um lugar onde existe uma comunidade de pessoas que interagem com a comunidade, formando uma rede de pessoas e de potenciais, para se organizarem na direção de promover seu próprio desenvolvimento. A EPB promove um conjunto de relações que une espaço, sentimento de pertença, laços de confiança, tornando aos atores, potencializar e aproveitar os recursos daquele lugar.

Para Raffestin (1993) o território não se reduz então à sua forma material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É estabelecido ao longo do tempo e remetido a diferentes contextos e escalas: a casa, a escola, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação. Neste campo de forças, sustentam-se as relações do indivíduo e do grupo, tornando também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade, abrangendo confiança, normas, regras e leis, reforçando a identidade do grupo e comunidade.

Os grupos humanos referem-se a um grupo social unido por interesses da mesma natureza, algumas vezes com raízes comuns e, frequentemente, em um território comum. A noção de comunidade remete a vínculos mais fortes do que aos de sociedade ou de coletividade. A eventualidade do nascimento, ou da residência, ou laços jurídicos não são aceitáveis para definir o pertencimento de uma comunidade; esta supõe adesão voluntária ou consciência desse pertencimento (ABAGLI; MACIEL, 2004).

A territorialidade, como qualidade humana, é condicionada por regras sociais e valores culturais, que se modificam de sociedade para sociedade, de uma época para outra. A territorialidade deriva de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediados pelo espaço. O território apresenta características físicas e humanas dentro de uma comunidade ou seu espaço. Considerando assim as potencialidades do local, como o capital humano, capital social, cultural, econômico e os recursos e as possibilidades para transformação das oportunidades do grupo em vantagem competitiva em prol de um objetivo comum, resultando em benefícios para todos os envolvidos.

A territorialidade vai muito além do que é vivido no lugar ou em um espaço, nos territórios se constroem relações de laços de confianças, resgate de identidades e sentimentos de pertencimento, há uma interação entre os agentes, onde se criam regras, normas, sendo

assim a territorialidade uma dinâmica transportável. Na EPB os agentes sentem parte daquele lugar, eles se apropriam do território, reconstituem suas identidades, têm o sentimento de pertença e mantém um grande laço de confiança no grupo, exercendo o capital social.

É no lugar que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões e no qual a ordem interna construída, tecida pela história e pela cultura, é capaz de produzir identidade (LE BOURLEGAT, 2000).

O processo territorial reforça a capacidade de a própria comunidade buscar alternativas, por meio de seus atores para solucionar problemas e ter aspirações para seu desenvolvimento. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFESTIN, 1993, p. 158), entendendo-se que “todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais” (RAFESTIN, 1993, p.158). A EPB busca nas relações de confiança com intuito de aumentar as força das relações do “ganha ganha”.

Os objetivos principais destas relações é promover a cooperação entre o grupo, aumentar o aprendizado entre os participantes, almejar a participação de todos os envolvidos, construindo normas e organizações que promovam a confiança.

Conforme Pereira (2004), o estudo da confiança na área econômica, tem seu foco em quantificar ganhos e perdas nas relações de troca, enquanto nas pesquisas psicológicas, são vistos atributos existentes no papel de confiado e confidente e no campo da sociologia, a ênfase consiste na análise de propriedades incorporadas nas relações sociais.

Confiança também por ser caracterizada como uma vivência de expectativas compartilhadas por todos aqueles envolvidos em um objetivo comum, onde a confiança está nas expectativas de uma pessoa, grupo ou firma, baseadas em comportamentos eticamente justificáveis pelos agentes sociais.

Assim, espera-se que voluntariamente o grupo deve se reconhecer e proteger os seus próprios direitos e os direitos de todos em um esforço em comum (HOSMER, 1995).

O termo confiança comprehende as atitudes e os acontecimentos das relações com significados de lealdade, expectativas mútuas e reciprocidade. Em ambientes, onde é possível verificar bons sentimentos de confiança, observa-se também a diminuição de sentimentos negativos que tenta a levar a incerteza das consequências, o medo ou temor em agir, participar das atividades e reciprocidade com o grupo.

A confiança tem a importante missão de facilitar as relações de trabalho e trocas econômicas e consequentemente o de fazer com que as atividades do grupo fluam melhor.

A territorialidade apresenta, então, o vívido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões cultural, política, econômica e social (ABAGLI; MACIEL, 2004).

A EPB compartilha com todos os envolvidos do projeto o fortalecimento da relação de confiança e o vívido no território, proporcionando a inclusão, transformação social e melhoria na qualidade de vida.

1.5 CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA

O capital social é construído e interpretado como uma rede social, por meio da relação de confiança entre o grupo e indivíduos, propiciando benefícios de forma como reciprocidades resultantes de recursos de participação em rede.

Conforme Putnam (1995, p. 67), capital social refere-se a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco. O capital social é interpretado e resultante das relações de laços de confiança, baseado na solidariedade, organização e modos praticados na sociedade.

Capital social é rede social. Redes sociais são, em essência, os múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos. Capital social se refere, portanto, à configuração móvel das conexões internas de um corpo coletivo de seres humanos, incluindo não apenas a sua morfologia, mas também o ‘metabolismo’ que parece lhe ser próprio (ou, pelo menos, possível); ou seja, a democracia. Assim, capital social não é um conceito econômico (como poderia sugerir o termo ‘capital’), nem sociológico (como poderia sugerir o termo ‘social’). É um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade (FRANCO, 2004, p. 1).

Os laços de confiança se baseado no capital social integram as relações entre as pessoas de um grupo, tendo a capacidade de produzir suas próprias redes, ou seja, suas comunidades pessoais.

Costa (2005, p. 239) conceitua capital social como: “a capacidade de interação dos indivíduos, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados remotamente”.

Marteleto e Silva (2004, p. 44) assinalam que:

O capital social possui uma natureza multidimensional. A visão mais estreita o define como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação. Nesse caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas.

Neste sentido, capital social surge da ligação de redes formadas entre pessoas muito próximas, seja por laços de parentesco, de amizade ou de etnia, por terem características idênticas na finalidade de desenvolverem mecanismos de cooperação na busca de objetivos comuns possibilitando o alcance das ações do grupo. Alavancando assim, a possibilidade de melhoria entre os grupos, sem deixar de destacar o possível surgimento de projetos que se permitam aprimorar esta integração, melhorando assim o meio em que vivem estes grupos, o que se denomina terceiro setor.

2 APROXIMAÇÃO AO TERCEIRO SETOR: O QUE UMA ESCOLA PODE FAZER PELAS QUESTÕES SOCIAIS

Neste capítulo é abordada a escola técnica profissionalizante e sua função social. É descrito neste capítulo como a escola atual sobre a questão social, bem como o terceiro setor no Brasil e seus conceitos. Serão abordados também, os conceitos que direcionam as questões sociais para os jovens e adolescentes pautados no estatuto dos mesmos. Desse modo, poderá se discutir a implantação da Escola Pau Brasil e sua função social diante do terceiro setor.

2.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu no ano de 1990, pela Lei nº 8.069, substituindo o Código de Menores (Lei nº 6.697/79). O Estatuto garante o direito da população infanto-juvenil, focando o valor da criança e adolescente como ser humano. Sendo garantido, portanto, a toda criança e adolescente por parte da família e da sociedade, principalmente do Estado. O ECA garante o direito da criança e do adolescente ameaçados ou violados por ação do Estado ou da sociedade. Ressalta-se que o ECA dispõe de todos os direitos da criança e adolescente. Nesse sentido Ferreira e Lopes (2010, p. 03) afirmam que:

A Lei 12.010/09 determinou importantes inovações no texto do ECA, visando ao aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todos menores. A seguir, sistematizaremos as inovações da Lei 12.010/09 elencadas na Parte Geral do Estatuto da Criança.

É importante salientar que o ECA está baseando na doutrina da proteção integral, à criança e ao adolescente garantida pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e adolescente, transformada em lei no Brasil (BRASIL, 1990). O ECA está embasado na doutrina da proteção integral, afirmada pela convenção das Nações Unidas sobre os Direitos

da Criança e transformada em lei no Brasil. O Estatuto traz medidas que são utilizadas quando os direitos da criança e do adolescente estão ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade do Estado. Nesse sentido de acordo com o Rizzini (1997, p. 37):

Descrever e analisar a história das políticas sociais para as crianças e adolescentes no Brasil indica que a preocupação do Estado com a infância só aparece a partir do século XIX. Assim, as primeiras medidas dos poderes públicos com relação à infância pobre eram destinadas apenas aos meninos desvalidos, excluindo os escravos e as meninas. A assistência pública criou, nesse período, o Asilo de Menores Desvalidos. A ação de internação foi mantida por longos anos da história brasileira e tendo como objetivo educar ou “recuperar” o “menor” pobre através do trabalho, pois entendia-se que a capacidade de trabalho era o único bem da população empobrecida. O interesse pela infância surge na tentativa de transformar a nação, pois essa fase da vida passou a ser considerada como um período em que os indivíduos podiam ser moldados para o bem ou para o mal.

Neste contexto, a GIRA Solidário desenvolve as atividades sócio educativas, que têm como foco principal o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em consonância com a Lei Maior de (1988) e com a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela ONU em 1989, além de trabalhar pelo cumprimento das Metas do Milênio para a criança e o adolescente, definidas pela ONU.

2.2 QUESTÃO SOCIAL E CONCEITOS

A questão social instituídas no cotidiano com pessoas deve ser compreendida a partir dos traços adquiridos no decorrer da história como, por exemplo, a colonização nas lutas de independência, bem como nas políticas públicas de desenvolvimentos sociais. Este assunto é abordado por Montaño (2012, p. 10) relatando que:

Começa-se a se pensar então a ‘questão social’, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A ‘questão social’, portanto, passa a ser concebida como ‘questões’ isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem.

Nesse sentido, a questão social está presente, demonstrado no desemprego, no analfabetismo, na fome enfim na miséria que atinge parte da população. Montaño (2012, p. 10) afirma que:

A partir de tal pensamento, as causas da miséria e da pobreza estariam vinculadas (nessa perspectiva) a pelo menos três tipos de fatores, sempre vinculados ao

indivíduo que padece tal situação. Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é visto como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mau gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.).

De acordo com afirmação acima a ânsia de se aumentar as riquezas visando um maior rendimento no capital, faz surgir um número cada vez maior na população da região que vê a possibilidade de obterem um emprego por meio das indústrias que surgem, fato este que realça de modo considerável o aumento da miséria em determinadas regiões. Neste sentido, a questão social se agrava a cada dia. Iamamoto (1999, p. 27) define a questão social como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Dessa forma, apresenta-se então a questão social com formas objetivas e concretas em suas diversas formas de sintetizar as prioridades do capital sobre o trabalho, visando objetivamente acumular renda, sem se preocupar com a vida da população.

Pode-se embasar a afirmação de Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77), quando assinalam que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Existem ainda outros conceitos possíveis, como o que qualifica a questão social sendo um conjunto das desigualdades relacionadas ao método de produção capitalista, colocando-se como objeto daqueles que acreditam no capitalismo como um meio eficaz na produção da vida social. Segundo Faleiros (1997, p. 37):

[...] a expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional,

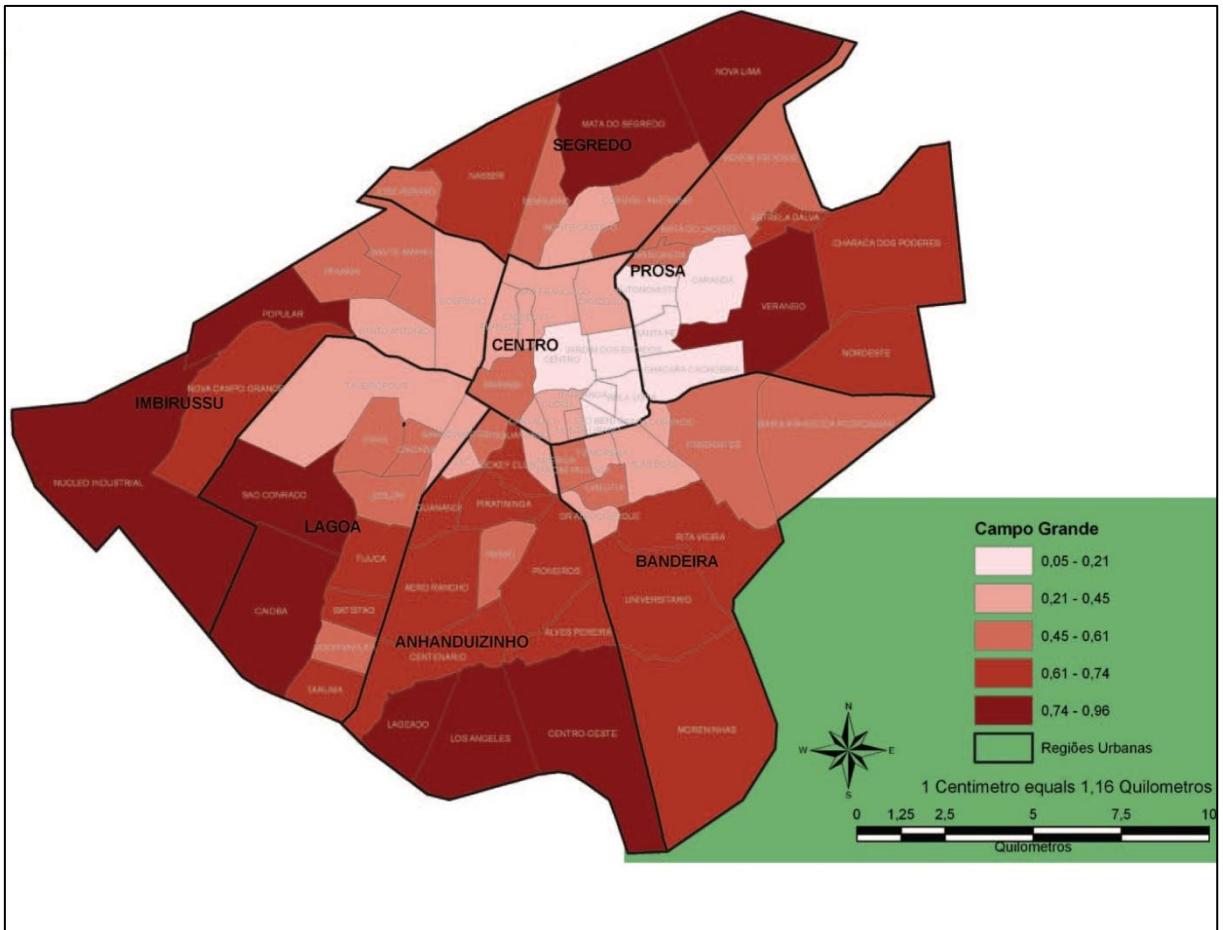
é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações que, segundo Netto, caracteriza, justamente, o Serviço Social.

Vincula-se também nas políticas econômicas, sociais com intuito de dar segurança à camada da população que vive do trabalho, o que muito embora seja um meio de assegurar certo equilíbrio em determinado setor da sociedade, abarcando com uso de um contingente cada vez maior de indivíduos que buscam melhorar sua qualidade de vida, chegando a alcançar as crianças, com políticas voltadas a desenvolvimento econômico dentre outras questões, é claro, que não se pode deixar de seguir com determinado rigor o que é assegurado a elas dentro do estatuto da criança e do adolescente.

Sauer *et al.* (2102) depois de realizar o mapeamento pela Secretaria de Assistência Social descreve que bairros como, Los Angeles, em que 49,7% das famílias residentes no bairro encontram-se inseridas no cadastro único e o Lageado (45,8%), são locais onde as famílias mais se autodeclararam necessitadas. Cabe destacar que, o bairro Amambaí exibe um elevado percentual de famílias que se autodeclararam necessitadas (39,4%), fato que pode ser explicado por vários motivos entre eles o baixo número de famílias residindo no bairro (2.929).

Ainda segundo os autores, agregado a esta informação a quantidade de famílias que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que para o município de Campo Grande, em 2010, representava 46,9%, verifica-se que, a distribuição destas nos bairros que compõem o município preserva a mesma disposição do índice de exclusão social, sendo que os bairros Los Angeles, Lageado e Núcleo Industrial (25,6, 23,6 e 22% respectivamente) os que apresentaram os maiores percentuais de famílias, dentre as residentes nos bairros, as quais foram beneficiadas pelo programa Bolsa Família. É possível observar que os bairros que apresentam os maiores percentuais de famílias autodeclaradas necessitadas são os que apresentam os maiores percentuais de famílias beneficiadas.

No contexto apontado por Sauer *et al.* (2012) sobre a vulnerabilidade e exclusão social da região, vem ao encontro do que defende Iamamoto (1983) e Faleiros (1997), que defendem a mudança da formação dos membros da sociedade passa pela conscientização de um problema que precisa de meios para solução.



Mapa 3 - Índice de exclusão social

Fonte: Sauer *et al.* (2012) - Mapeamento do SAS

Assim como Sauer *et al.* (2012) no Mapeamento da Exclusão social (Mapa 3) encontra seus argumentos sobre a necessidade de ajuda mútua, conforme descrito por Iamamoto (1983) e Faleiros (1997) sobre a necessidade de mudar o pensamento para conseguir melhorar a questão social, é neste sentido que a GIRA Solidário por meio da Escola Pau Brasil, ajusta o modo de enfrentamento da condição social da parcela da população que vive na região do Anhanduizinho, conforme pode ser observado no Mapa 3.

Neste mesmo contexto, destaca-se a questão social no Brasil, que ao longo de sua história tem se apresentado como um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Apesar do dinamismo da economia brasileira, o Brasil é conhecido internacionalmente pela desigualdade social, que se agrava a cada dia, não havendo políticas públicas suficientes para atender a demanda da população que está exposta ao risco social.

Neste mesmo item pretende-se ainda abordar sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e sua história. Assim, diretamente, a questão dos antecedentes históricos da EPB, seguido dos impactos da implantação.

Essa questão social, no qual se insere a Escola Pau Brasil dentro da GIRA Solidário (Anexo A), tem por função questões socioeducativas voltadas para os jovens e adolescentes, tentando estimular o desenvolvimento de tecnologias e instrumentos que dizem respeito aos direitos humanos, bem como gerar e organizar projetos de formação e aperfeiçoamento dos assistidos pelos programas (GIRASOLIDÁRIO 2012).

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social é um conceito trabalhado por diversos autores que demonstram as relações entre a filantropia ao trabalho da comunidade empresarial buscando uma melhor relação com a sociedade. Neste contexto, os autores a seguir descrevem teoricamente o que é responsabilidade social.

Caravedo (1998) define responsabilidade social como a busca de integrar o sentido filantrópico e a necessidade de assegurar a lealdade da comunidade na que se assenta à empresa. Buscando o incremento da produtividade do trabalho e o interesse em obter utilidades, de maneira permanente e estável no tempo. Deste modo o autor ainda diz que a responsabilidade social implica em primeiro lugar que as empresas desenvolvam uma visão integral de futuro na qual não está somente incorporada à comunidade.

Desse mesmo modo temos em destaque todo o trabalho de Drucker (1993) que ao conceituar a responsabilidade social implica que a organização não seja somente um agente econômico, produtor de riqueza e gerador de lucros, mas também um agente social, com participação e influência sobre seu entorno. Tendo como objetivo não só o retorno ao acionista, mas também a geração do bem-estar, o desenvolvimento da comunidade onde atua e a colaboração na preservação do meio-ambiente e a criação de condições de trabalho favorável.

Desse modo, Drucker (1993), destaca que a responsabilidade social capacita a célula social a se desenvolver. Aquelas que assumem seu papel sobre este enfoque estarão contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável, e para o seu próprio crescimento. Afirma que as organizações na sociedade têm a responsabilidade de tentar

encontrar um enfoque dos problemas sociais básicos que encaixe em sua competência e que, transformem um problema social em uma oportunidade para a organização.

Ao conceituar responsabilidade social, podem ser observadas na GIRA Solidário, por meio de seus parceiros, empresas que doam e ajudam a manter a EPB com financiamentos e equipamentos, para uma melhor formação profissional dos alunos inseridos do projeto, bem como para a população residente no Anhanduizinho nas proximidades do lixão.

2.4 TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Este item propõe-se uma compreensão de terceiro setor no Brasil e algumas reflexões, tendo como objetivo expor várias noções a cerca deste assunto, e assim nortear a abrangência de confusões terminológicas em torno deste termo, visando esclarecer de forma clara e objetiva sua compreensão. Verifica-se uma grande polêmica quanto o papel do terceiro setor, surgindo cada vez mais o interesse sobre essa temática. Traçado em meio ao poder político econômico surge organizações sem fins lucrativos que agem de muitas formas, uma dessas organizações é a Escola Pau Brasil. Fundada em meio a questões sociais e acenando com a possibilidade de mudar a comunidade onde atua, por meio de projetos que garantam a comunidade da região uma fonte futura de renda, a partir do aprendizado por ela oferecido com intuito de preparar seus usuários e logo em seguida inseri-los no mercado de trabalho, fato este que trouxe a esta comunidade uma significativa mudança.

Uma sociedade se converte em nação à medida que é capaz de responder próativamente aos desafios que lhe apresenta a história. A construção de uma nação segue um processo similar ao da construção da personalidade humana, ou seja, se configura de acordo com a capacidade do indivíduo de dar respostas positivas (proativas) aos desafios que são apresentados (TORO, 2005).

Essa capacidade tem o objetivo de poder dar respostas que sejam capazes de conduzir a comunidade rumo a uma política de desenvolvimento local pelas suas forças internas.

Toro (2005, p. 39) afirma que uma das principais funções do terceiro setor é tornar possível a competência cultural, ou seja, criar condições para que as diferentes formas de ver, produzir e entender o mundo dos setores populares possa circular e competir, em igualdade de condições, assim como circulam os sentidos e símbolos dos setores dominantes.

O autor ainda estabelece a importância do terceiro setor para o processo de desenvolvimento endógeno sustentável da comunidade, por contribuir para a mudança na maneira de pensar dessa comunidade, pontuando que as ações do terceiro setor são intervenções sociais que buscam modificar modos de pensar, atuar e de sentir.

O teorema basilar do Desenvolvimento Local é que a comunidade, por meio de seus agentes deve conduzir seu próprio destino, evitando assim, tornar-se passiva na busca do desenvolvimento, seja ele econômico ou social. Nesse contexto, as pessoas da comunidade local passam a ter um papel importantíssimo nesse processo de desenvolvimento local, visto que, a elas caberão tomar decisões sobre suas necessidades, e sobre os seus problemas.

A desigualdade social no Brasil está muito presente na sociedade, alavancando a necessidade do terceiro setor, valendo salientar que o mesmo não substitui o papel do Estado, e nem a responsabilidade social destinada às grandes empresas. Assim sendo, o terceiro setor deve contribuir para a sociedade civil, atendendo a população que está exposta aos riscos e vulnerabilidades. A afirmação de Montaño (2004, p. 41) reforça tal situação, pois para o autor:

O problema no Brasil não é a existência de um Estado Social, ‘protecionista’, mas sua inexistência, ou, pelo menos, seu precário desenvolvimento, não é a forte presença do Estado, mas sua privatização interna o que constitui o problema central. Não casual, porém de forma paradoxal, justamente no momento em que se tece, a partir da Constituição de 1988, um projeto que esboça certo Estado Previdêncio, de bem-estar social, os setores ligados ao grande capital, orientado pelo Consenso de Washington e apoiados pela “esquerda cooptada”, tentam liquidá-lo, mediante uma “reforma gerencial” - uma contra reforma.

Nessa perspectiva Yazbek (2000) defende que cada vez mais o Estado se afasta de seu real papel e obrigação, ou seja, o terceiro setor rouba o papel do Estado. Deste modo, o Estado perde argumentos com a sociedade ao não suprir as necessidades da população, e estas são supridas pelas entidades sem fins lucrativos que conseguem realizar com menos burocracia o que o Estado depende de inúmeras aprovações, o que vai ao encontro das afirmações de Marques (2004, p. 87) corroborando com esta dimensão, afirmindo que:

Partimos do pressuposto de que o crescimento do Terceiro Setor é resultante da equação, mais problemas sociais, menos soluções por parte do governo e, com isso, observamos, a partir dos anos 80 e mais acentuadamente nos anos 90, o espantoso crescimento do Terceiro Setor, não só do ponto de vista numérico (quantidade), mas das múltiplas formas de organização, finalidades e de resultados (qualidade) frente aos desafios do enfrentamento dos problemas sociais deste século.

Essa trajetória histórica aponta para a urgência de se buscar um equilíbrio entre os setores da economia de mercados globalizados com a do terceiro setor forte, que seja bem estruturado e abrangente, evidenciando o rico acervo de recursos empregados para o desenvolvimento social, necessários para se estruturar um setor eficaz. De acordo com Salvatore (2004, p. 18):

A formação setorizada, fragmentada e focada apenas no social, os aspectos administrativos e de gestão dessas instituições foram desconsideradas pelos profissionais da área social, revelando dicotomia existente entre o social e o administrativo cuja fragilidade acarretou a herança histórica de instituições que não se sustentam, vivendo na dependência do Estado.

No Brasil as dificuldades e desafios do setor, em se tratando da administração de serviços, aponta que as estratégias adotadas estejam em harmonia com o que se pretende da organização social.

Existem dificuldades em se criar cooperação com parceiros internacionais enfrentados hoje pelo terceiro setor. É de fato um grande desafio. Entende-se que o terceiro setor no primeiro mundo busca causar impacto nas sociedades com menor participação, com intuito de reverter esse quadro, uma vez que se considera ser a maior participação uma possibilidade de se estabelecer o meio onde se quer viver (CARDOSO *et al.*, 2000).

A junção de capacitação e pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento de um setor de credibilidade, funde-se nas atitudes administrativas que se constituem a base de valores que permite uma visão estratégica da exclusão social vivenciada no Brasil.

Esta construção enfoca o relacionamento problemático da imprensa com o terceiro setor, enquanto a imprensa se volta para um governo público que se contrapõe à sociedade privada, o terceiro setor está centrado na solução que gere uma cultura diversificada, com possibilidades de obter um jornalismo que não se funde nas influências, mas que assuma de uma forma a favorecer o país (CARDOSO *et al.*, 2000).

Funde-se assim uma conjunção de possibilidades e de estratégias que tragam benefícios para determinadas regiões.

2.4.1 Conceito de terceiro setor

A expressão da palavra terceiro setor é uma tradução de Third Sector, muito utilizado nos Estados Unidos da América do Norte e, de acordo com Fernandes (1994), define o terceiro setor a própria ideia, que está longe de ser intensa na maioria dos contextos.

O terceiro setor é um conjunto de entidade da sociedade civil, tendo como exemplos, as organizações voluntárias, sem fins lucrativos, entidades não governamentais (ONGs) e setor independente.

Na atualidade, o terceiro setor vem crescendo com frequência e Szazi (2006, p. 22) afirma que:

O crescimento do número de organizações da sociedade civil verificado desde os anos 70 fez surgir um novo ator social, o denominado terceiro setor, o conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro. O Primeiro setor é o governo, o Segundo Setor a iniciativa privada e o Terceiro Setor são constituídos por ‘instituições que tem personalidade jurídica’.

O terceiro setor é constituído por instituição jurídica, o segundo setor é uma iniciativa particular e o primeiro setor é o governo. Assunto este abordado por Cuellar (1996, p. 42) ao relatar que: “criam novas oportunidades e vínculos solidários”. O terceiro setor é considerado com uma alternativa da sociedade civil, interferindo nas questões sociais.

Outros estudiosos acreditam que o mesmo possibilita o desenvolvimento das potencialidades locais de geração de renda, ou seja, uma organização civil através de novos padrões pode ser geradora de empreendimentos e oportunidades. Drucker (2003) chama o terceiro setor de empreendedoras sociais e não de negócios, o empreendedor social muda a capacidade de desempenho de uma sociedade. Drucker (2002, p. 115-116) destaca que:

Mas aprendemos que o governo, como qualquer outra ferramenta, é bom para algumas coisas, mas ruim para outras [...] Tudo que um estado faz, ele tem de fazer a nível nacional. Ele não pode experimentar, nem se adaptar às condições regionais de uma sociedade [...] É claro que o mercado, com sua motivação única de lucro, simplesmente não tem interesse nem capacidade para lidar com os problemas sociais.

Neste contexto, visualiza-se a importância do terceiro setor nas inúmeras questões, essencialmente as sociais. Um setor que não se finda no lucro seus objetivos são evidencialmente sociais, assim acena com possibilidade de mudar de forma significativa um

determinado fator da sociedade com o surgimento de entidades que assumem para si o papel de relevância na educação, cultura e desenvolvimento social, a exemplo do Projeto Pau Brasil que desenvolve um trabalho socioeducativo.

2.4.2 A implantação da Escola Pau Brasil: um movimento do terceiro setor

Com o progresso da EPB e o desenvolvimento da capacitação dos adolescentes e jovens do Projeto, analisou-se a possibilidade de lançar uma marca de móveis e acessórios de decoração sustentáveis, a marca chamou-se de TREND. São móveis com tendências internacionais de design, ideias surpreendentes, tecnologias de última geração com padrões europeus de qualidade. Materiais nobres fabricados com madeiras certificadas de efeitos surpreendentes e funcionalidade que são os destaques dessa série de produtos. Ao mesmo tempo, as criações da TREND destacam-se pela sua sustentabilidade social e ambiental, realizada pela conduta de responsabilidade da EPB.

A renda gerada pelo jovem, ainda durante a formação, e a perspectiva de aumentar a renda familiar contribui para que esses alunos possam ter novas perspectivas e oportunidades de ter um emprego estável e uma remuneração que possa ser de grande importância para estas famílias.

A TREND passou a ser conhecida pelos móveis de alta qualidade e padrão internacional, que com este aspecto passou a ser chamado para várias feiras e exposições para vários eventos dos segmentos de móveis e decorações, como por exemplo: “III Mostra de Soluções Sustentáveis”, realizada em 2007, pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, o (Semadur), ocasião em que a Escola Pau Brasil foi convidada para apresentar os produtos TREND, que aconteceu de 31 de maio a 2 de junho de 2012, no Golden Class. A feira de decoração e construção civil do MS (DECON-MS, 2012), foi um sucesso, reunindo as mais representativas empresas de móveis, construção, decoração e serviços, com mais de 40 mil visitantes consumidores, decoradores e arquitetos de todas as regiões do estado, durante mais de 40 horas de visitação. Foram mais de 110 expositores, 12 palestras, eventos paralelos, destaque na imprensa e mais de 10.000m² de feira reunindo lojistas, representantes e profissionais do segmento (DECON-MS, 2012).

No evento da DECON-MS os dirigentes e alunos da EPB apresentaram junto com a Fundação Manoel de Barros (FMB). O objetivo desta parceria foi divulgar a FMB e os

móveis produzidos no projeto, e ainda provocar a inclusão social, estimular o empreendedorismo e a melhoria da qualidade de vida dos jovens, tornando a parceria junto à escola, dando credibilidade e compromisso junto ao projeto.

Conforme Porter (1991), estas parcerias ou estabelecimento de alianças estratégicas entre empresas para formar redes em torno dos agrupamentos econômicos ou “clusters” permitem competir com vantagens que antes só estavam ao alcance da grande empresa.

O imóvel escolhido para receber projetos de 70 arquitetos sul-mato-grossenses fica na Rua da Paz e tem 5.350 metros quadrados, em Campo Grande - Mato Grosso do Sul. A mostra teve apoio da Caixa Econômica Federal e Governo Federal, além da Fiems, Sebrae, Conselho Arquitetura e Urbanismo MS e da Prefeitura de Campo Grande.

Os ambientes montados nesta casa estiveram à venda durante o período de visita e foi um sucesso para o projeto da EPB, pois foram vendidas várias peças fabricadas pelos alunos do projeto, dando visibilidade, credibilidade e retorno financeiro ao projeto, fazendo com que os alunos se sentirem importantes e aumentando, assim, o seu lado empreendedor, tornando-o protagonista de seu crescimento e sendo responsável pela sua transformação social e sua inserção no mercado de trabalho.

3 AÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL

Neste capítulo, far-se-á uma análise sobre as condicionantes geradas pela implantação da Escola Pau Brasil como geradora de desenvolvimento local e sustentável para os jovens e adolescentes da região do Anhanduizinho. Após a compilação das informações colhidas na entrevista, podem-se fazer algumas considerações do local, do desenvolvimento dos alunos, os resultados são apresentados de forma a delinear o desenvolvimento dos alunos, bem como dos participantes do projeto, e o que modifica em relação aos lares, após os mesmos conseguirem possibilidades de crescimento pessoal.

3.1 DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS DA EPB

Durante o processo de entrevista dos alunos, foi notável o envolvimento dos mesmos com o projeto, e a noção de melhora na qualidade de vida no sentido social. O desenvolvimento humano foi perceptível, sendo que este foi o primeiro passo para que se pudesse começar a delinear os arranjos necessários para a construção de um desenvolvimento endógeno, conforme mencionado na maioria já citados por Ávila (2000, 2001) dentre outros trabalhos de diversos autores.

Os alunos em um contexto geral são integrados em uma sociedade laboral, e por meio desta, poder-se-á desenvolver o meio em que vivem. O contexto financeiro, mesmo não sendo o foco do trabalho, nem tão pouco o essencial para o desenvolvimento local é perceptível no olhar in loco dos aprendizes, sendo que será deste subterfúgio que eles conseguirão angariar os primeiros passos de uma vida em sociedade, pois na EPB o aluno não só aprende uma profissão, mas aprende a viver em uma sociedade e a partilhar as conquistas com sua comunidade, seja com os membros do seio familiar de modo inicial e posteriormente, com os membros não familiares de seu convívio.

3.2 RESULTADOS E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

AGIRA Solidário é uma OCSIP que não dependente financeiramente do Estado. Os recursos de seus projetos vêm por meio de editais nacionais e internacionais, e também de pessoas físicas e jurídicas que são doadoras destes projetos.

Destaca-se que em Campo Grande capital do Mato Grosso do Sul, em 2007, surgiu a EPB, localizada no bairro Pioneiros que se encontra regularizada com registro em cartório, Ata de Fundação e Estatuto Social (Anexo A). Vale ressaltar que a instituição tem as exigências legais, de acordo com a legislação vigente.

De acordo com a pesquisa realizada, no dia 10 de dezembro de 2012, via entrevista semiestruturada, visando analisar a inserção de jovens no mercado de trabalho, geração de renda e qualidade de vida. Vale salientar que a pesquisa foi considerada aprovada sem restrições pelo Comitê de Ética da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, conforme (Anexo B). Foi garantido por parte da pesquisadora deste trabalho o sigilo sobre a população analisada, sendo utilizados nomes fictícios para os participantes.

3.2.1 Características dos entrevistados

Os alunos da Escola Pau Brasil possuem algumas características peculiares. Moram na região do lixão do município de Campo Grande - MS, localizada na região do Anhanduizinho, esta região de acordo com Sauer *et al.* (2012) é a de maior vulnerabilidade social da cidade. Nos bairros que compõem a região, estão os maiores índices de moradores assistidos pelos programas sociais, moram nestes bairros também catadores do lixão, pessoas que vivem do lixo, e os filhos destes trabalhadores são prioridades para a Escola Pau Brasil.

Há nesta parcela da população algumas características que podem ser usadas em uma ação de desenvolvimento local, como por exemplo, a rede de relacionamentos entre estes, o que configura algum tipo de capital social, conforme Putnam (1995) refere como elementos de organização social, redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco.

Essa capacidade que, segundo Costa (2005), será fundamental para a interação dos indivíduos que buscam a melhora na condição de vida. E, este buscar dos indivíduos, vem ao encontro do que, para Raffestin (1993), o território não se reduz então à sua forma material ou

concreta; ele é, também, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço.

Todos estes autores supracitados nos mostram como interpretar a configuração de uma sociedade que cresce no entorno do lixão. Deste modo, no início da entrevista, foram lidos e explicados o Termo de Consentimento Livre, e o objetivo desta pesquisa. Os convites foram realizados de forma individual com dois adolescentes e cinco jovens, todos aceitaram a participação. Sendo a maioria dos entrevistados do sexo masculino (Gráfico 1).

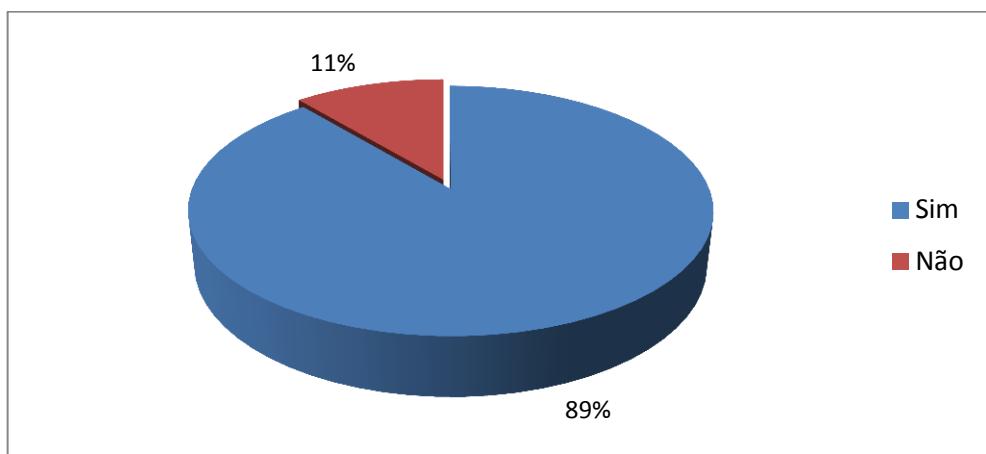


Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados

Todos os jovens entrevistados (100%) afirmaram que os motivos que os levam a ter uma formação, que a EBP oferece, é a oportunidade de geração de renda, melhoria na qualidade de vida, ter uma profissão digna, contribuir com a renda familiar e desenvolver profissionalmente e pessoalmente.

Referente à renda familiar foi pesquisada a de cada um dos participantes do projeto EPB, observou-se que a maior parte dos jovens tem a renda até dois salários mínimos (Gráfico 2).

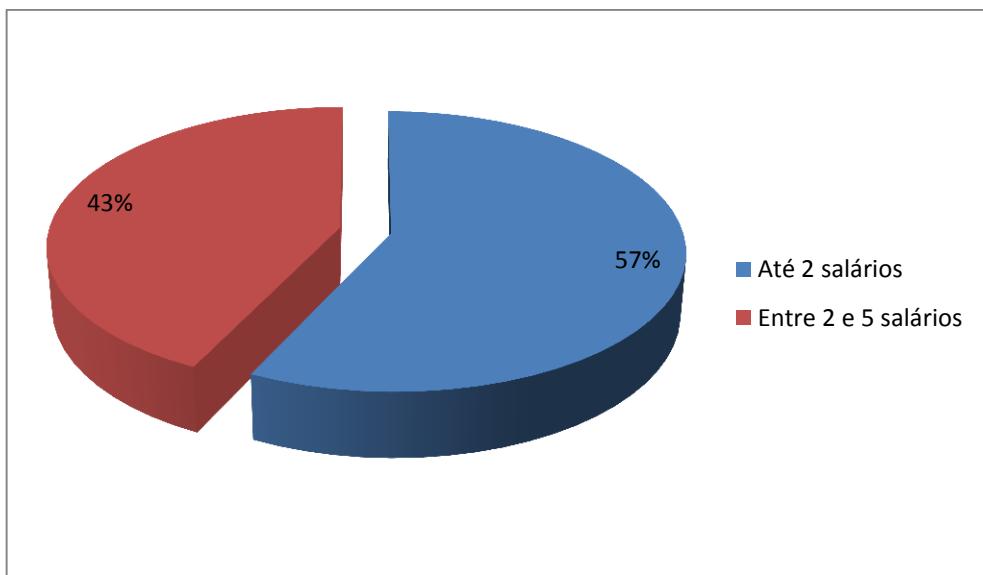


Gráfico 2 - Renda familiar

Os dados coletados demonstraram que a maior parte dos jovens trabalha para contribuir nas despesas de casa, alguns são os únicos responsáveis pelo provimento familiar, outro tem a participação de mais pessoas da família, como exemplo, pai e mãe - irmão e padrasto (Gráfico 2).

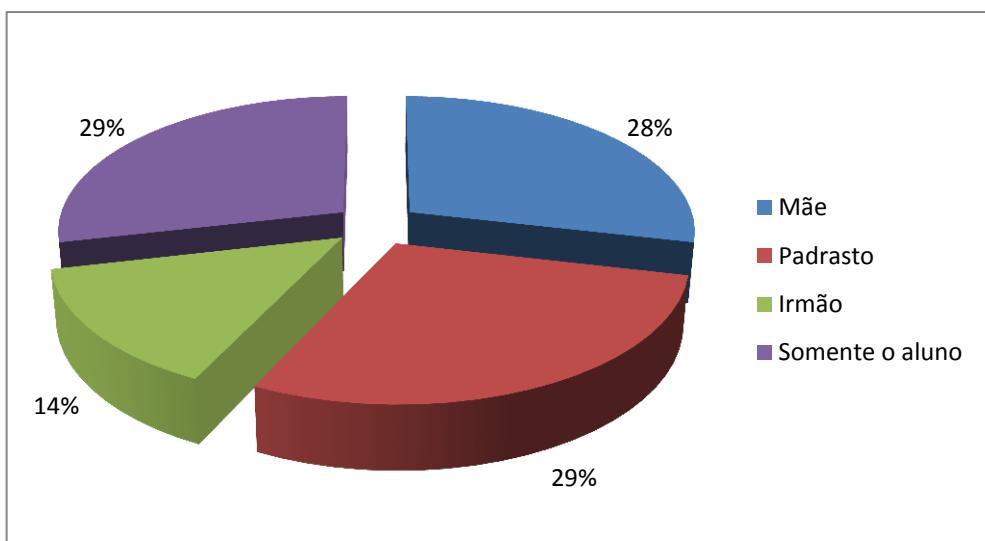


Gráfico 3 - Moradia

No início do projeto o aluno participa dos cursos de marceneiros na EPB, sem remuneração. Ressalta-se que este curso tem a duração de um ano, após o curso o jovem começa a trabalhar remunerado na EPB, recebendo por hora, chegando a dois salários mínimos.

Observa-se que algumas famílias não apoiam a participação dos jovens durante o curso, pois o mesmo tem uma duração longa e sem remuneração, sendo que alguns participantes são obrigados a desistir do curso, por pressão dos pais. Percebeu-se que não há uma preparação com as famílias dos jovens, esclarecendo que os rendimentos não são de imediato, mas que virão após o treinamento, posto que existem famílias que dependem da ajuda destes jovens para o sustento da casa.

3.2.2 Os cursos profissionalizantes

O fundamento principal do curso profissionalizante, no formato proposto pela Escola Pau Brasil, vem ao encontro com o pensamento de Ávila (2001) que defende que o desenvolvimento local endógeno. Assim, fazendo-se uso das capacidades, competências e habilidades, para agenciar e gerenciar esses recursos internos e metabolizar os externos, em função de suas necessidades e aspirações, os alunos ao capacitarem-se estão seguindo um passo para o desenvolvimento. O que corrobora com Rozas (1998), em que o desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento por uma perspectiva de construção social de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Desse modo, os autores indicam que um desenvolvimento com bons resultados só será obtido se forem trabalhados em conjunto, planejando e construindo uma sociedade que supere suas dificuldades.

Neste ponto, pode-se destacar o que se precisa para melhorar as condições que alavanque o desenvolvimento. Neste sentido, os entrevistados apontaram o que gostariam de melhorar para que possam entrar no mercado de trabalho.

De acordo com o Gráfico 4 verificou-se que a maior parte dos membros das famílias dos jovens trabalha na indústria, localizada na cidade de Campo Grande - MS. Assim, a profissionalização para o meio industrial tem potencial.

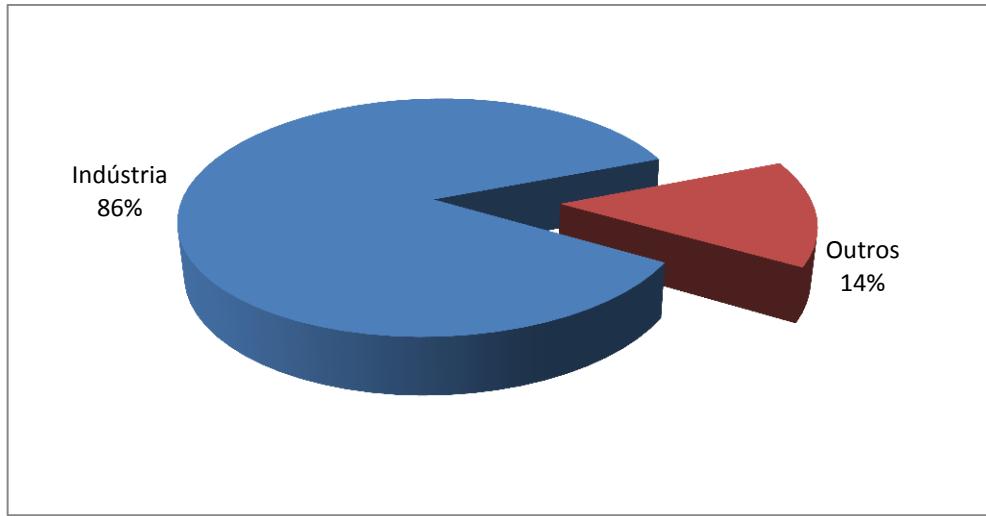


Gráfico 4 - Segmento

Verificou-se, por meio das respostas das entrevistas (100%), que o curso da EPB proporcionou mudanças na vida pessoal dos alunos, e, também, na família.

Constatou-se que a EPB tem todos os equipamentos necessários e os jovens que participam do projeto utilizam esses Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para sua segurança (Foto 1).

Foto 1-Alguns alunos da Escola do Pau Brasil - EPB



Fonte: GIRA Solidário (2012). <http://www.GIRAsolidario.org.br/> acesso em 24 de novembro de 2012.

Salienta-se que os jovens selecionados para participarem deste projeto vem da região do lixão de Campo Grande (MS), onde vários deles atuavam como catadores de material reciclável destinado à venda.

Segundo a GIRA Solidário (2012) é neste momento que a questão social proposta em seu Estatuto ganha corpo, pois é no momento da formação profissional do aluno na escola que ele consegue ter o subterfúgio para melhora de sua condição social, ao melhorar a forma de ver o mundo, e de poder ter uma profissão.

Pode-se observar nas falas dos alunos que participaram da entrevista, que por meio das respostas pode-se perceber que no decorrer do projeto houve mudanças significativas dentro do convívio familiar, conforme relatos dos entrevistados:

Letra A - (16 anos) melhorou meu relacionamento com a minha família, melhorou meu convívio com o grupo e com o trabalho. Reconhecemos que o curso de marceneiro nos trouxe reconhecimento profissional

Neste mesmo sentido outro aluno do projeto social EPB relata que,

Letra B - (19 anos) Antes do projeto eu não tinha expectativa de vida, não tinha sonho, na minha casa eu tinha um padrasto que batia na minha mãe, e nos ameaçava. Nossa vida era muita sofrida. Eu participava do CRAS e conheci o projeto. Meu sonho profissional era ser cozinheiro, através do projeto comecei a gostar da marcenaria. O curso me capacitou, mais ainda falta conhecimento na área comercial do negócio, é vivendo e aprendendo. Depois do projeto estarei preparado para abrir uma marcenaria, mas quero antes arrumar um emprego em uma marcenaria, para poder ter mais experiência.

De acordo com as entrevistas realizadas, percebeu-se que os participantes se sentem capacitados e motivados para o mercado de trabalho. Observou-se, também, que houve mudanças pessoais e profissionais por meio do curso de marcenaria, conforme afirmação do entrevistado:

Letra E - (23 anos) Mudou meu jeito de pensar, de agir sabendo que foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, hoje tenho uma profissão, tenho uma moto tenho dinheiro, antes eu ganhava catando lixo R\$ 5,00 a R\$ 10,00 por dia, hoje eu não ganho bem, ajudo minha mãe, tenho um salário, posso fazer uma compra de prestação que tenho como pagar no outro mês. Sou reconhecido profissionalmente. Não estou falado essa coisas para elogiar o projeto mais sim o que eu vivi.

Na percepção dos participantes do projeto a escola EPB tem um papel importante na formação profissional.

Letra A - (16 anos) Além da formação de marceneiro que vou ter, vai me trazer dinheiro para ajudar a minha família. A nossa realidade se transforma, antes no curso você não tem rende, depois do curso você começa a ter uma renda mensal. E depois você pode ter seu próprio negocio.

Nesse contexto de profissionalização e do papel da escola para os alunos em todos os sentidos, seja como fonte de conhecimento na formação do profissional, seja no lado social, ao trazer condicionantes de melhora nas relações em suas casas e na vida em comunidade. Todos os relatos dos alunos nestes sentidos vêm de encontro com Ávila (2001), que nos mostra que o afloramento dos sentidos de desenvolvimento como sendo endógeno. Esta percepção também entra em consonância com autores como Rozas (1998) e Paula (2008), que tratam do protagonismo do desenvolvimento local, e que ele tem de ser aflorado nas pessoas, e que para a Escola Pau Brasil este afloramento é por meio das aulas de profissionalização do curso de marcenaria e pelos trabalhos sociais da GIRA Solidário.

3.2.3 O mercado de trabalho

O mercado de trabalho é a primeira mudança no horizonte após a qualificação profissional, o qual se consegue descolar em um ambiente mais auspicioso. É com este pensamento que o aluno no término do curso sai em busca de suas oportunidades, agora ele possui uma profissão, no preenchimento da ficha de contratação, ele tem algo mais a colocar no papel, ele se olha no espelho e vê um cidadão apto a trabalhar, é nisso que a GIRA Solidário, por meio da Escola Pau Brasil, se apoia em consonância com a missão institucional, em seu estatuto e para tudo que se dedicam em melhorar na vida das pessoas da comunidade residente próximo ao lixão no Anhanduizinho no município de Campo Grande - MS (GIRA, 2012)

É com esta consciência que os alunos aprendem a buscar e a querer mais em suas vidas. Todos os entrevistados relatam que querem melhorar, que querem continuar estudando e aprendendo, pois acreditam que são capazes de mudar não apenas suas vidas, mas a de suas famílias e comunidade.

Desse modo, nos primeiros relatos dos entrevistados, constatou-se que após a conclusão do curso de marceneiro todos os alunos (100%) estão preparados para desenvolver atividades que contribuem para o crescimento profissional e pessoal, confirma esta afirmação.

Nota-se que os alunos antes de entrar no projeto não tinham motivação, pois os mesmos trabalhavam no lixão, sem perspectiva de vida. Os participantes são motivados na EPB.

Após a conclusão do curso da EPB, verificou-se que os alunos estão preparados para ingressarem no mercado de trabalho, conforme o relato a seguir:

Letra A - (16 anos) Através do curso eu aprendi a ser marceneiro, estarei preparado para ser dono do negócio e funcionário. O curso nos trouxe uma profissão. Depois do curso podemos ter o nosso próprio negocio e ter um salário digno.

O projeto realiza um trabalho sócio educativo com os jovens e adultos e leva geração de renda para os participantes. Antes, os mesmos não tinham uma renda, um emprego digno, eram expostos ao risco social. Observou-se que os jovens que não possuem registro na carteira de trabalho assinam um contrato junto à organização.

De acordo com o relato abaixo, percebe-se que os jovens têm uma renda que possibilita seu crescimento profissional, e que os mesmos realizam seu sonho pessoal.

Letra G - (22 anos) Eu não tinha renda, hoje tenho uma renda mensal. Meu sonho era ter uma moto. Conseguir realizar o meu sonho comprei uma moto por estar empregado. Tenho outros sonhos com a minha renda vou conseguir realiza-los. Antes nunca poderia conseguir.

Neste sentido, 100% dos jovens pretendem continuar estudando, depois da formação da EBP, e realizar a graduação em Arquitetura.

Com uma atitude simples, iniciada em uma organização da sociedade civil, podem-se observar algumas transformações. Esta necessidade de buscar algo maior que os alunos começam a vislumbrar em seus horizontes, de mostrar para as pessoas que eles têm potencial para guiar seus caminhos, é esta a atitude que é defendida por vários autores seja nos conceitos de responsabilidade social, que para Drucker (1993, 2002) e Caravedo (1998) que demonstram que a responsabilidade social tem de entrar em consonância no mercado de trabalho, e que deve ser o alicerce para os fundamentos da filantropia na sociedade, e os alunos formados na Escola Pau Brasil, tem estes fundamentos em sua essência após a conclusão de sua profissionalização.

Os alunos da Escola Pau Brasil e os membros da GIRA Solidário conseguiram, em um patamar, configurar algumas tecnologias sociais que corroboram com o desenvolvimento nos moldes do desenvolvimento local. Conseguiu-se construir o espaço

territorial da escola e da GIRA, mudaram o pensar dos alunos, trazendo a eles a possibilidade de construir o seu caminho via afloramento de suas percepções de mundo, todos estes argumento reforçam o pensamento de Ávila (2001) e Rozas (1998). Construiu-se o território que é fundamentado por Raffestin (1993), e conseguem construir sua confiança e o capital social, conforme Putnam (1995).

O desenvolvimento local aqui constituído segue todos os preceitos encontrados nas teorias. Os alunos tem seu processo de aprendizado ampliado e com grandes possibilidades.

A análise deste capítulo nos indica que a escola tem grande efeito para estes adolescentes e jovens, mostrando a eles as possibilidades de melhora na qualidade de vida ao profissionalizarem-se. Estes aprendem a buscar, aprender e compreender que ele é capaz, em uma tentativa de alterar o seu paradigma de vida, ao conseguirem vislumbrar a saída do lixão para uma empresa com trabalho formal, estudando e desenvolvendo a condição de vida de sua família e de sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após várias leituras e pesquisa sobre as temáticas de adolescentes e jovens, qualidade de vida e transformação social por meio da formação profissional, no contexto do desenvolvimento local, idealizou-se o que seria sustentabilidade? O que seria viver em uma comunidade? O que seria construir um espaço territorial, obter o sentimento de pertença e fazer parte de algo?

Pesquisou-se *in loco* para se obter tais respostas e observou-se nos olhos desses adolescentes e jovens do projeto EPB, que com uma pequena disposição para construir algo diferente é possível mudar a qualidade de vida e levar melhorias, mesmo que singelas para um lar.

Assim, podemos destacar em cada um dos capítulos:

No primeiro capítulo, conseguiu-se mostrar o histórico da educação profissional interligando com o histórico da EPB e sua funcionalidade para o desenvolvimento. Desse modo, descreveu-se o desenvolvimento local e sustentável, abordando em seguida a construção do território espacial do local, onde se constrói o capital social a partir da confiança.

No segundo capítulo, demonstrou-se a escola e suas ações para as questões sociais, para isso foi necessário aprender sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desse modo foi possível trabalhar as questões sociais que a EPB pode corroborar com o aprendizado destes, para se conseguir trabalhar neste contexto foi necessário compreender o que é responsabilidade social. Desse modo fomos conduzidos ao funcionamento do terceiro setor, em que os conceitos nos confirmam que a Escola faz parte de todo este movimento, entre social e comunidade para a melhora da qualidade de vida dos seus participantes.

No terceiro capítulo foi apresentada a análise do local com uma perspectiva de desenvolvimento, assim, os dados obtidos pela entrevista mostrou o que se desenvolveu nos participantes da EPB. Para uma melhor descrição foram abordadas as características

socioculturais dos mesmos, explicitando o funcionamento do curso profissionalizante, bem como as alterações que os participantes vêm obtendo ao longo das participações e projeções para a melhora na qualidade de vida, agora podendo adentrar um modo mais seguro no mercado de trabalho, com reais possibilidades de ascensão profissional.

Assim, podemos acrescentar nesta prévia de análise os argumentos que se seguem, o qual fora descrito o que os participantes buscam em conformidade com as teorias ora estudadas para a realização desta pesquisa.

Desse modo, apresenta-se que, ao buscar o desenvolvimento, seja ele do tipo que for, social, econômico ou cultural são todas elas pequenas partes do que é desenvolver o mundo. Partindo de um pequeno ponto, de uma instituição chamada GIRA Solidário que possui projetos voltados para jovens e adolescentes, e um deles chamado Escola Pau Brasil. Verificou-se que esse projeto em especial possui o interesse em mudar o rumo na vida dessas pessoas. Pode-se afirmar que o processo de desenvolvimento pode dar certo nesta ou naquela comunidade, suas trajetórias podem ser mudadas com a união de agentes externos e ou internos. Encontrando os pontos comuns e a ausência de fatores degenerativos, pode-se afirmar que o processo levou as possibilidades da transformação nas vidas destes participantes, seja no âmbito econômico, social e cultural.

Uma comunidade que nasce no entorno de um lixão, local este onde muitas famílias tiram o seu sustento, local este em que alguns desses jovens frequentavam, e quando surge uma possibilidade de mudar, de fazer aflorar um tipo intrínseco de desenvolvimento, esses são capazes de agarrar tais oportunidades.

A EPB leva a essa comunidade a possibilidade de um aprendizado técnico profissionalizante, que tinha como foco não ensinar apenas marcenaria moderna com um conteúdo de três anos e com carga horária de três mil horas, mas outros ensinamentos. Este foi o primeiro passo para a profissionalização, mas também a parte de formação cidadã desses jovens, levando perspectivas para a mudança de um paradigma social, em que essas pessoas seriam no futuro, apenas mais um problema social e passam a ser uma solução. Não é que esses jovens tenham de ser marceneiros para o restante de suas vidas, o que eles realmente aprendem é que eles podem transformar suas vidas, bastando a eles apenas encontrar os caminhos para seu desenvolvimento, mudando deste modo, a sua vida em família e em comunidade.

O projeto EPB desenvolve as atividades socioeducativas, que têm como foco principal o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que surgiu para o cumprimento da lei que garante o direito da população infanto-juvenil, focando o valor da criança e adolescente como ser humano.

Vale ressaltar que o projeto EPB se integra e faz parte dos princípios da construção dos participantes, fazendo com que eles se tornem protagonistas de suas vidas, não vivendo de assistencialismo ou outros meios de sobrevivência, mas sim aflorando o sentimento de pertencimento dentro de sua comunidade, tornando-se sujeito e agente de seu futuro.

Há muito ainda que se pesquisar. Este é um pequeno parecer das possibilidades encontradas, com um olhar *in loco*, sobre o que vem ocorrendo na região do Anhanduizinho na cidade de Campo Grande - MS, por meio da intervenção da EPB e da GIRA Solidário.

Este é sim, o primeiro passo para o desenvolvimento desta comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência e Informação**, v. 33, n. 3. p. 9-16, set./dez., 2004

AMTMANN, C. Identidade regional e articulação dos atores sociais nos processos de desenvolvimento regional [Versão eletrônica]. *Austral Ciências Sociais*, 1997.1, 5-14.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudos em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2001.

_____. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local - Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 63-76, Set., 2000.

_____. **No município sempre a educação básica do Brasil.** 2.ed. Campo Grande-MS: UCDB, 1999.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal**, Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo Penal: Legislação Complementar e súmulas STF e STJ/ organização <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic2/vi_encontro/capital_social_e_desenvolvimento_perspectivas_de_combate_a_pobreza_e_de_fortalecimento_das_instituicoes_democraticas.pdf> ACESSO 14-12-2012>. Acesso em: 25 maio 2011.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e Adolescente. D.O.U., publicado em 16/7/1990.

_____. **Presidência da República.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#titvcapiii>. Acesso em 25 de out. 2012.

_____. **Parecer 16/99, de 05 de outubro de 1999.** Documento, Brasília, n. 457, p. 3-73, out. 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999a. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2012.

CAMPO GRANDE. PLANURB. Instituto Municipal de Planejamento Urbano. Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/planurb/canaisTexto?id_can=1606>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CARAVEDO, Baltasar Molinari. La responsabilidad social de las empresas privadas en el Perú. Lima: SASE, 1998.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHOE, Evelyn *et al.* **3ºsetor - desenvolvimento social sustentado**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p.11.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local:** estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1999.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva. Interface - Comunic., **Saúde, Educ.**, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

CUELLAR, Javier Perez de. **Nuestra Diversidade Creativa** - Informe de la Comission Mundial de Cultura y Desarrollo. UNESCO, Paris, 1996.

DECON-MS. Feira de decoração e construção do MS. 2012. Disponível em: <<http://www.deconms.com.br/>>. Acesso em: 27 out. 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

DICIONÁRIO e Enciclopédia em Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www.infopedia.pt>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2012.

DRUCKER, Peter. **A administração na próxima sociedade.** São Paulo: NOBEL, 2002.

_____. **La sociedad poscapitalista.** Traduzido por Maria Isabel Merino. Barcelona: Apóstrofe, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social.** São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, L.M.; LOPES, J.P. A Lei 12010/2009 e as inovações no estatuto da criança e do adolescente. Faculdade de Direito da Universidade Metodista de São Paulo. **Núcleo de Direitos Fundamentais Sociais**, 2010.

FRANCO, G. de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** 2.ed. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FRANCO, A. **Capital social.** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

_____. **Pobreza & desenvolvimento local.** Brasília: AED, 2002.

_____. Capital social e desenvolvimento local. **Empreende**, 2004. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRA SOLIDARIO. Disponível em: <<http://www.GIRAsolidario.org.br/>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

GONZÁLEZ. Román Rodríguez. La Escala Local del Desarrollo: definiciones y aspectos teóricos. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano 1, n. 1, 1998.

- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOSMER, L.T. Trust: the connecting link between organizational theory and philosophical ethics. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 2, p. 379-403, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.
- JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local.** Brasília: IICA, Recife: SEPLAN/PE, 1998. Disponível em: <http://www.permear.org.br/infoteca/desenvolvimento_local>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- LE BOURLEGAT, Cleonice A. et al. Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil: _____. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande: UCDB, v.1, n.1, p.13 20, set. 2000.
- MARQUES, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil:** fundamentos e estratégias. 2004. Tese de doutorado - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP - Franca, 2004.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set/dez. 2004.
- MARTÍN, J. C. et al. **Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul.** Reflexões e Perspectivas. Mato Grosso do Sul/Campo Grande: UCDB, 2001.
- _____. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarollo local. In: SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização:** conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.
- MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** n. 110, São Paulo, Apr./June, 2012.
- _____. **Terceiro setor e questão social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAULA, Juarez de. Desenvolvimento local: textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008.
- PEREIRA, A. S. **Confiança e desempenho individual:** um estudo de caso em uma empresa do setor cimenteiro. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, 2004.
- PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia.** 14.ed. Edições Melhoramentos, 1968.
- PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. São Paulo: Campus, 1991.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

- RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.
- ROZAS, G. Pobreza y desarollo local. **Excerpta**, Universidade do Chile, n. 7, 1998.
- ROZAS, G. BENAVIDES, E. L. políticas orientadas para superar a pobreza no CHILE. **Act. Colom. Psicol.** vol.8 no.2 Bogotá novembro 2005.
- SAUER; Leandro CAMPELO, Estevan; CAPILLÉ, Maria Auxiliadora Leal. **O mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande- MS: uma nova reflexão.** Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2012.
- SALVATORE, Vilu. A racionalidade do terceiro setor. In: VOLTOLINI, Ricardo (Org.). **Terceiro setor-** planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 2004.
- SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR.
- SOUZA, M. L. A teoria sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez. 1996.
- SWINBURN, G.; GOGA, S. e MURPHY, F. **Desenvolvimento econômico local:** um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Unidade de Desenvolvimento Urbano - Banco Mundial, 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLED/55264807469268231/20925549/Portuguese_Pri>. Acesso em: 25 set. 2012.
- SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor:** Regulação no Brasil. 4.ed. São Paulo: Petrópolis, 2006.
- TORO, José Bernardo. O papel do terceiro em sociedades de baixa participação. In: IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* (Org). **3º setor** - desenvolvimento social sustentado. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O direito de ser adolescente:** oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília: UNICEF, 2011. 182p.
- UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 20 de novembro de 1989.
- VACHON, Bernard. **Méthode pour l'application d'une stratégie globale de développement local:** Guide Pratique. Québec, Colloque Vision-Région, 1997.
- _____. **El desarrollo local.** Teoría y práctica. Reintroducirlo humano em la lógica del desarollo. Gijón: Trea, 2001.
- WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação profissional no Brasil: histórico professional education in Brazil: history. **E-Tech:** Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.
- YASBEK, Maria Carmelita. A escola de serviço social no período de 1936 a 1945. **Caderno PUC**, nº 6, São Paulo: Cortez/Educa, 2000.

APÊNDICE

Modelo de Roteiro de Entrevista Estruturada aplicada aos alunos da Escola Pau Brasil

Caro(a) aluno(a), sua participação é importante para uma pesquisa de mestrado e visa diagnosticar o seu nível de desenvolvimento e satisfação em relação ao Projeto Escola Pau Brasil, da GIRA Solidário, visando sua inserção no mercado de trabalho, geração de renda e qualidade de vida.

Número da entrevista_____ Data: ___/___/_____

IDENTIFICAÇÃO do entrevistado: _____

Pesquisadora _____

1 - Perfil

Gênero: Masculino Feminino

1.2. Idade: De 14 a 18 anos Acima de 18 anos

1.3. Escolaridade

- Analfabeto;
- Ensino Fundamental Incompleto;
- Ensino Fundamental Completo;
- Ensino Médio Incompleto;
- Ensino Médio Completo;
- Superior Incompleto;
- Superior Completo;

1.4. Rendimento Mensal familiar

- Até 2 Salários Mínimos
- Entre 2 e 5 Salários Mínimos
- Entre 5 e 8 Salários Mínimos
- Acima de 8 Salários Mínimos

1.5. Está empregado(a)?

() Sim () Não

1.6. Quem de sua família está empregado(a)?

() Pai () Mãe () Irmãos () Outros que moram na casa ()

1.7. Em caso afirmativo, em qual segmento?

- () Comércio
() Indústria
() Serviços (inclui Serviços Públicos)
() Outros

O curso da Escola Pau Brasil proporcionou alguma mudança em sua vida na de sua família?

() Não () Sim. Se sim, quais? _____

Concluindo o curso da Escola Pau Brasil você acha que estará preparado para ingressar no mercado de trabalho?

() Não () Sim. De que forma?

4. Descreva quais mudanças pessoais e profissionais que você obteve fazendo o curso de Marcenaria?

5. Que papel a Escola Pau Brasil exerce na sua família?

6. Ao concluir o curso de Marceneiro você acredita que estará preparado para desenvolver atividades que contribuam para o crescimento profissional e pessoal? Por quê?

() Sim () Não

7. Quais fatores são determinantes para manter você participando da Escola Pau Brasil?

8. Você já realizou algum sonho pessoal ou profissional por meio da Escola Pau Brasil? Qual?

9. Você pretende continuar estudando, depois da formação da Escola Pau Brasil?

() Não () Sim. Quais cursos pretende fazer? _____

10. Quais são os motivos de você estar fazendo a formação na Escola Pau Brasil?

- oportunidades de geração de emprego
- melhoria na qualidade de vida
- sair de casa para fazer alguma coisa
- ter uma profissão
- ajudar na renda familiar
- desenvolver profissionalmente e pessoalmente
- Outro

11. A sua família apoia a sua participação da Escola Pau Brasil?

Não Sim. Por quê? _____

12. Quais são suas metas profissionais e pessoais?

ANEXOS

Anexo A

Ata de criação e estatuto da EPF registrados em cartório

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Wilson Fernandes
CAMPO GRANDE - MS

ESTATUTO SOCIAL

GIRA Solidário – Promoção e Defesa da Infância e Adolescência

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º A **GIRA Solidário – Promoção e Defesa da Infância e Adolescência**, constituída em 26 de janeiro de 2002 sob a forma de Associação, sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado e de interesse público, com duração por tempo indeterminado, com sede à Rua 18 de setembro, 83B, Vila Carvalho, 79005-200 e foro no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Para cumprimento de suas finalidades a **GIRA Solidário** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades:

- a) Promover a defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente previstos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança; na Constituição da República Federativa do Brasil; no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações ordinárias afins;
- b) Estimular a participação voluntária;
- c) Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e combate a pobreza;
- d) Desenvolver programas e projetos em todas as áreas de comunicação social, das artes e da tecnologia social.
- e) Realizar e estimular estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito aos direitos humanos;
- f) Gerar, desenvolver, executar e administrar projetos e programas de formação e aperfeiçoamento, tais como: leituras, estudos, pesquisas, palestras, cursos, seminários, congressos, exposições, encontros, produção e exposição de fotografias, vídeos e filmes cinematográficos, análises, pesquisas, elaborações e edição de textos e livros técnicos, didáticos ou literários, além de processos similares;
- g) Criar, desenvolver, executar e administrar atividades, projetos e programas de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, visando a sua formação e aperfeiçoamento;
- h) Criar, desenvolver e produzir produtos provenientes das atividades aplicadas nos projetos sociais, bem como promover sua comercialização;
- i) Estruturar e ministrar cursos de capacitação técnica nas áreas vinculadas aos seus programas e projetos com finalidade de formação de técnicos e monitores, para atuação futura como profissionais ou orientadores.

Parágrafo Único – A **GIRA Solidário** não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Art 3º No desenvolvimento de suas atividades, não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, etnia, orientação sexual, nacionalidade, condição social e religião.

Parágrafo Primeiro – A **GIRA Solidário** se dedica às suas atividades por meio de:

- a) Execução direta de programas, projetos e planos de ações;
- b) Doação de recursos humanos, físicos e financeiros;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
 DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Wilson Fernandes
 CAMPO GRANDE - MS

- c) Prestação de serviços de consultoria e assessoria, em todas as áreas do marketing e da comunicação social, a outras organizações sem fins lucrativos, a órgãos do setor público e a organizações privadas, que sejam compromissadas com a sociedade e o meio ambiente;
- d) Divulgação e agenciamento de espaço publicitário, campanhas educativas, sociais, culturais e comerciais nos meios de comunicação para os eventos inerentes a projetos e ou apoiados pela Instituição;
- e) Cooperação com os meios de comunicação, a fim de estimular uma cultura jornalística de compromisso social com os direitos de crianças e adolescentes;
- f) Cooperação nas áreas da comunicação, capacitação e mobilização de organizações da sociedade civil, entidades governamentais, institutos, universidades e fundações empresariais que atuam no campo do atendimento, de promoção e da defesa dos direitos da população infanto-juvenil.

Parágrafo Segundo – A GIRA Solidário presta serviços permanentes sem qualquer discriminação de clientela, com exceção de atividades que ferem os princípios éticos da Instituição.

Art. 4º A **GIRA Solidário** disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

Art. 5º. A **GIRA Solidário** poderá adotar um regimento Interno aprovado pelo Conselho Deliberativo, com finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 6º. A fim de cumprir seus objetivos, a **GIRA Solidário** se organizará em tantas unidades de proteção, serviços, e produção quantas se fizerem necessárias, em qualquer estado da federação ou país, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Art. 7º. A **GIRA Solidário** é constituída por número ilimitado de associados, sendo assim denominados todos os que subscrevem a Ata de aprovação deste Estatuto, bem como aqueles que venham a ingressar no quadro social por decisão da Assembléia Geral, devendo o fato ser registrado em ata respectiva. São classificados da seguinte maneira:

- a) **Associados fundadores:** são aqueles que participaram da Assembléia Geral de Fundação da **GIRA Solidário** e assinaram a Ata da Fundação, porém isentos de responsabilidades e não sujeito de direitos provenientes das atividades relacionadas à Instituição;
- b) **Demais associados:** são aqueles que participam, contribuem de alguma forma com qualquer das atividades relacionadas com objetivo institucional da **GIRA Solidário** conforme registro em livro próprio.

Art. 8º. São requisitos para a admissão de novos associados:

- I – estar comprometido com as finalidades da **GIRA Solidário**;
- II – obrigar-se a contribuir para o alcance dos objetivos da Instituição;
- III – ter o seu pedido de sócio aprovado.

Parágrafo Único – A inclusão dos novos associados e a exclusão dos demissionários serão submetidas à Assembléia Geral Ordinária.

Art. 9º. São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I - Votarem e serem votados para os cargos eletivos;
- II - Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- III - Participar, na forma prevista pelos órgãos competentes, das atividades da Instituição;
- IV - Desligar-se da **GIRA Solidário** mediante solicitação dirigida à Assembléia Geral;
- V - Ter acesso a informações pertinentes à Instituição;
- VI - Apresentar novos associados para admissão a **GIRA Solidário**.

Art. 10º. São deveres dos associados:

- I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - Acatar as decisões da Diretoria Executiva;
- III - Colaborar na consecução dos trabalhos e objetivos da Instituição;
- IV - Apresentar aos órgãos administrativos qualquer irregularidade verificada.



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Wilson Fernando

Parágrafo Único – Os associados não respondem, nem subsidiariamente pelas obrigações sociais ou qualquer outra obrigação da Instituição, mesmo quando no desempenho de cargos na sua estrutura administrativa.

Art. 11º. O associado poderá ser excluído ou demitido quando:

- I – infringir as disposições estatutárias, regimentos ou qualquer decisão dos órgãos da **GIRA Solidário**;
- II – deixar de cumprir os seus deveres de associado;
- III – praticar ato prejudicial ao patrimônio ou à imagem da organização;
- IV – O associado que for excluído por uma das observações acima ou solicitar desligamento fica impedido de retornar ao quadro de associados;

Parágrafo Único – Da decisão que determinar a exclusão de associado caberá sempre recurso à Assembléia Geral.

Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12º. Com o objetivo de ampliar suas finalidades a **GIRA Solidário** se organizará em seis focos estratégicos que serão regidos pelo Regimento Interno aprovado pelo Conselho Deliberativo que disciplinará seu funcionamento.

- I – Comunicação e Artes
- II – Educação Complementar
- III – Enfrentamento do Trabalho Infantil
- IV – Monitoramento de Políticas Públicas
- V – Preparação para o Mundo do Trabalho
- VI – Responsabilidade Ambiental e Social

Art. 13º. A administração da **GIRA Solidário** compete aos seguintes órgãos:

- I – Assembléia Geral
- II – Conselho Deliberativo
- III - Diretoria Executiva
- IV – Conselho Fiscal

Parágrafo Único – Os diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeiteiros ou equivalentes da **GIRA Solidário** não receberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos da Instituição.

Da Assembléia Geral

Art. 14º. A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 15º. Compete à Assembléia Geral:

- I - Eleger o Conselho Deliberativo;
- II - Decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 39;
- III - Decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 38;
- IV - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - Emitir e aprovar Ordens Normativas para funcionamento interno da Instituição;
- VI - Aprovar a alteração do quadro de associados, deliberando sobre a inclusão e a exclusão dos mesmos;

Art. 16º. A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I - Aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria Executiva;
- II - Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva;
- III - Acompanhar e avaliar as ações e projetos institucionais em andamento ou em planejamento;
- IV - Apreciar as contas e os balanços previamente aprovados pelo Conselho Fiscal;
- V - Eleger os membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

Art. 17º. A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I - Pela Diretoria Executiva;

W.F. *J.P.*

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Wilson Fernandes
CAMPO GRANDE - MS

- II - Pelo Conselho Deliberativo;
- III - Pelo Conselho Fiscal;
- IV - Por requerimento de 2/3 (dois terços) dos associados quites com as obrigações sociais

Parágrafo Único – Para as deliberações referentes à destituição dos administradores e alteração do Estatuto Social, é exigido o voto concorde de dois terços dos associados presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem maioria absoluta, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 18º. A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital publicado em jornal de grande circulação, por circulares, por correio eletrônico ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de sete dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 19º. A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 20º. A Diretoria Executiva da **GIRA Solidário** será constituída por um diretor presidente, um diretor executivo, um diretor técnico e um diretor administrativo financeiro;

§ 1º – O mandato da Diretoria Executiva será de três anos, sendo possibilitada mais de uma reeleição consecutiva;

§ 2º - Não poderão ser eleitos para os cargos de Diretoria Executiva da entidade os associados que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

Art. 21º. O Conselho Deliberativo será composto de 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, para um mandato de 3 (três) anos

§ 1º. Os conselheiros serão eleitos em reunião pela Assembléia Geral Ordinária, permitida a recondução;

§ 2º. Na impossibilidade de qualquer dos membros do Conselho Deliberativo desempenhar suas regulares funções, será eleito novo conselheiro para completar o mandato;

§ 3º. Seus membros, à exceção da primeira eleição, deverão pertencer a pessoas físicas que fazem parte do quadro de sócio da **GIRA Solidário**.

Art. 22º. Ao Conselho Deliberativo compete:

- I - eleger os membros da Diretoria Executiva;
- II - eleger os integrantes do Conselho Fiscal;
- III - analisar e aprovar o planejamento do ano seguinte;
- IV - examinar os atos da Diretoria Executiva;
- V - decidir sobre a aceitação de doações ou legados que contenham encargos ou gravames de qualquer espécie, ou ainda provenientes de pessoas físicas ou jurídicas cuja idoneidade não seja de reconhecimento público;
- VI - aprovar o valor da remuneração dos colaboradores responsáveis pela gestão administrativa e técnica da **GIRA Solidário**;
- VII - adotar e estabelecer, para todos os órgãos da entidade, práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório, nos termos do art. 18 supra;
- VIII - eleger o seu Presidente.
- IX - deliberar sobre os casos omissos ou duvidosos no presente Estatuto.

Art. 23º. Na Assembléia que der posse ao Conselho Deliberativo, será eleito seu Presidente, bem como serão eleitos e empossados os membros da Diretoria Executiva da **GIRA Solidário**, que terão mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 24º. O Conselho Deliberativo reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e sempre que convocado por seu presidente.

W.F. *J.P.*

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Wilson Fernandes
CAMPO GRANDE - MS

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados.

Art. 25º. Compete à Diretoria Executiva:

- I - Elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II - Executar a programação anual de atividades da Instituição;
- III - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- IV - Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V - Contratar e demitir funcionários;
- VI - Regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da **GIRA Solidário**

Art. 26º. A Instituição será representada ativa e passivamente por qualquer um de seus diretores da Diretoria Executiva

Art. 27º. Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

- I - Representar a **GIRA Solidário** judicial e extrajudicialmente;
- II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as Ordens Normativas;
- III - Presidir a Assembléia Geral;
- IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- V - Praticar os atos de rotina bancária, comercial, fiscal e trabalhista, sendo necessárias para essas operações somente a assinatura do Diretor Presidente ou do Diretor Executivo ou Diretor Financeiro.

Art. 28º. Compete ao Diretor Executivo

- I - Representar a **GIRA Solidário** judicial e extrajudicialmente;
- II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as Ordens Normativas;
- III - coordenar as atividades dos Diretores Administrativo Financeiro e Diretor Técnico;
- IV - Substituir o Diretor Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- V - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- VI - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Diretor Presidente.

Art. 29º. Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:

- I - Representar a **GIRA Solidário** judicial e extrajudicialmente;
- II - Responder pelas áreas afetas à controladoria da Instituição;
- III - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as Ordens Normativas;
- IV - Substituir o Diretor Executivo em suas faltas ou impedimentos;
- V - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Diretor Executivo.

Art. 30º. Compete ao Diretor Técnico:

- I - Representar a **GIRA Solidário** judicial e extrajudicialmente;
- II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as Ordens Normativas;
- III - Responder, em conjunto com os respectivos gestores de projetos, pelos aspectos técnicos de cada uma dos programas e projetos da Instituição;
- IV - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Diretor Executivo.

Art. 31º. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, eleitos pelo Conselho Deliberativo, para mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

Art. 32º. Ao Conselho Fiscal compete:

- I - Examinar os livros e aprovar o balanço e as contas da entidade, relativos ao exercício anterior; emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- II - Requisitar a **GIRA Solidário**, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- III - Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- IV - Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Art. 33º. Os membros do Conselho Fiscal se reunirão ao menos uma vez por ano em data anterior a Assembléia Geral Ordinária ou a qualquer tempo, desde que convocados pelo Conselho Deliberativo.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Wilson Fernandes

- I – Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sem prejuízo, entretanto, de perda de remuneração por atividades específicas que venham a desempenhar em nome da **GIRA Solidário**; II – Na ausência, impedimento, perda de mandato e renúncia, será convocado o Suplente do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV – DA PUBLICIDADE DOS ATOS DA ENTIDADE

Art. 34º. A **GIRA Solidário** dará publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Art. 35º. Para assegurar a transparéncia na aplicação dos recursos deverá:

- I – permitir a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
- II – prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública, recebidos pela **GIRA Solidário**, que será feita conforme determina o Parágrafo Único do artigo 70 da Constituição Federal.

Capítulo IV – DO PATRIMÔNIO

Art. 36º O patrimônio da **GIRA Solidário** será constituído pela dotação inicial dos associados e contribuintes e pelos bens móveis e imóveis que venham a ser acrescentados por meio de doações, legados e pela aplicação de receitas.

Artigo 36. Constituem receitas ordinárias:

- I – a contribuição mensal das pessoas físicas e das empresas associadas;
- II – a renda patrimonial;
- III – contribuições voluntárias, doações, as subvenções e dotações e captações por meio de concurso de projetos sociais;
- IV – Vendas dos produtos e serviços originários das atividades da Instituição, mediante a aplicação da filosofia da auto-sustentação individual dos projetos.

Art. 37º. A **GIRA Solidário** é constituída por prazo indeterminado, competindo ao Conselho Deliberativo com anuência dos Associados por meio da Assembléia Geral decidir, nos termos deste Estatuto sobre sua eventual extinção. Em tal hipótese, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes.

Art. 38º. Na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída na Lei n. 9790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Art. 39º. Os casos omissos ou duvidosos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva com recurso para o Conselho Deliberativo.

Capítulo V – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40º. A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, geralmente aceitas;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Instituição, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

WFO *JF*

Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Wilson Fernandes

Art. 41º. A GIRA Solidário aplica suas rendas, seus recursos e eventuais resultados integralmente no território nacional, e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 42º. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria dos associados presentes, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 43º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembléia Geral.

Campo Grande MS, 07 de dezembro de 2010.

**Carl Stephan Hofmann
Diretor Presidente**

Denise Mansano
5617 OAB/MS

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS		Reconheço por semelhança as(s) firma(s) de
<p><i>Carlos Roberto Rollim</i> Tabelião <i>Carlos Alberto Pávola Andrade</i> Tabelião - Substituto</p>		<i>Caro Roberto Hector Alves</i>
<p><i>Bruna Lúcia Oliveira</i> Tabelião <i>Flávia da Silveira</i> Tabelião</p>		
<p><i>Av. Afonso Penna, 270 - Centro</i> Tel: (67) 3334-1151/3381-1626/3338-0511</p>		<p>(s) anexo(a) à(s) ordem(s) de patrocinio(s) e/ou certidão(s) de Nota(s).</p> <p style="text-align: right;">20 JAN. 2011</p> <p style="text-align: right;"><i>S</i></p> <p style="text-align: right;">(s) anexo(a) à(s) ordem(s) de patrocinio(s) e/ou certidão(s) de Nota(s).</p> <p style="text-align: right;"><i>B3</i></p> <p style="text-align: right;">Selo Digital:</p> <p style="text-align: right;"><i>AN 16721-058</i></p>

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO
Registro de Títulos e Documentos
Carlos Roberto Relim
Oficial
Wilson Fernandes
Aux. Judicário
CGC 15 452 261/0001-10

4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
Carlos Roberto Rolim	
Oficial do Registro Civil das pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos	
Documento APRESENTADO e PROTOCOLADO	
Documento N°	<u>25.334.</u>
Livro A.	<u>53</u>
Nº	<u>678.</u>
no Livro A.º	<u>19516.213v/2165</u>
PÚBLICO FÉ	
Campo Grande/MS,	<u>01</u> de <u>01</u> de 2011
REGISTRAL	

~~SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL~~

~~DE TÍTULOS E DOCUMENTOS~~

Wilson Fernandes

Anexo B

Autorização do Comitê de Ética

	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO PROJETO ESCOLA PAU BRASIL: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL		
Pesquisador: ELIANE MARIA DA SILVA DELMONDES DIAS		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 11416312.5.0000.5162		
Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 168.778		
Data da Relatoria: 06/12/2012		
Apresentação do Projeto: Embora muito longo, atende aos critérios de pesquisa		
Objetivo da Pesquisa: Levantar os antecedentes sobre a história da GIRA Solidário e da Escola Pau Brasil. Analisar o impacto da implantação da EPB na região Descrever o perfil dos adolescentes e jovens da comunidade EPB Avaliar o impacto da Escola Pau Brasil na vida dos alunos Verificar os fatores de risco social que envolve a EPB		
Avaliação dos Riscos e Benefícios: não há		
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: A pesquisa proposta tem alta relevância socio-educacional e está inserida no contexto da dinâmica territorial.		
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: estão em conformidade com o que estabelece a Resolução 196/96		
Recomendações: não há recomendações		
Endereço: Av. Tamandaré, 6000 Bairro: Jardim Seminário CEP: 79.117-900 UF: MS Município: CAMPO GRANDE Telefone: (673)312--3479 Fax: (673)312--3349 E-mail: pesquisaenpos@ucdb.br; elainebarbosa@ucdb.br		

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A proposta pode ser aprovada

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O COLEGIADO ACOMPANHA O VOTO DO RELATOR.

CAMPO GRANDE, 11 de Dezembro de 2012

Assinador por:
Márcio Luís Costa
(Coordenador)

Endereço: Av. Tamandaré, 6000	CEP: 79.117-900
Bairro: Jardim Seminário	
UF: MS	Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (673)312-3479	Fax: (673)312-3349
E-mail: pesquisaepon@ucdb.br; elainebarbosa@ucdb.br	

Anexo C

Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO PROJETO ESCOLA PAU BRASIL: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL	2. Número de Sujeitos de Pesquisa: 12	
3. Área Temática:		
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL		
5. Nome: ELIANE MARIA DA SILVA DELMONDES DIAS	6. CPF: 840.829.841-00	7. Endereço (Rua, n.º): PASSIFLORA CARANDA BOSQUE 303 CAMPO GRANDE MATO GROSSO DO SUL 79032182
8. Nacionalidade: BRASILEIRA	9. Telefone: (67) 8166-8275	10. Outro Telefone: 11. Email: eliane@liderconsultoriams.com
12. Cargo:		
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>		
Data: <u>28 / 11 / 12</u>		 Assinatura
INSTITUIÇÃO PROPONENTE		
13. Nome: Universidade Católica Dom Bosco	14. CNPJ: 03.226.149/0015-87	15. Unidade/Órgão:
16. Telefone: (67) 3312-3479	17. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>		
Responsável: <u>Hermerson Pistori</u>	CPF: <u>502.003.641-20</u>	
Cargo/Função: <u>Pro-Reitor</u>		 Assinatura
Data: <u>28 / 11 / 2012</u>		
PATROCINADOR PRINCIPAL		
<u>Prof. Dr. Hermerson Pistori</u> <small>Pro-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - UCB</small>		
Não se aplica.		